

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE SETEMBRO DE 2007

NÚMERO 5.790

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1804
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 077ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 26/09/20072
Ata da 030ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 26/09/200711

Atos da Mesa

Ata da Mesa18

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....19
Ofício.....19
Portarias20
Redações Finais.....21

PLENÁRIO

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende uso racional da água e pede conscientização da população para a preservação deste recurso tão importante.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de 40 alunos da Escola Georgina Carvalho Ramos da Luz, com sua diretora e seus professores, e também a visita de 14 diretoras e diretores das escolas municipais de Brusque.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Ressalta a importância de orientação nas escolas.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Apóia luta por democratização da terra.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Solicita suspensão definitiva da cobrança de pedágio nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que os parlamentares estão engajados nesta luta.

DEPUTADO RENATO HINNING (aparte) - Cumprimenta o deputado Herneus de Nadal por trazer este tema para discussão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença do sr. Jacir Carlos Rosete, da associação e cooperativa dos assentados de Lebon Régis; do sr. Amarildo Medeiros, secretário do Sindicato dos Agricultores; e do sr. Rogério Maceno.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pede instalação de Unidade de Internação Juvenil em Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do policial federal Eloir Bossi, do município de Papanduva.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Valter Marinho Zimmermann, do município de Barra Velha.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Homenageia os 25 anos da TVBV, pelos trabalhos prestados à comunicação em nosso estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta toda a diretoria da TV Barriga Verde.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Saúda o deputado Genésio Goulart pelo tema apresentado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Parabeniza a TV Barriga Verde pelos seus 25 anos.

DEPUTADO RENATO HINNING - Relata encontro do PMDB, no município de Piratuba; fala da proposta do novo código ambiental.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Comunica que este é um momento de transição importante na parte ambiental do nosso estado, com o código ambiental teremos um grande debate.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Elogia o grande evento que foi realizado no município de Piratuba, que contou com a participação dos jovens.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Chama a atenção do governo federal, para que libere recursos para a área de Segurança em nosso estado.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Clair Tessari e Adelar Provenci, do município de Herval do Oeste.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Fala sobre a educação em Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o prefeito de Joinville pelo trabalho que está desempenhando na área da educação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a criação da defensoria pública de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comunica a filiação de vários companheiros no Partido Progressista.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Parabeniza o deputado Silvio Dreveck pelas novas filiações no norte catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala da mobilização de várias categorias buscando diversas reivindicações.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Registra sua participação na assembleia geral dos professores, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora, fruto de permuta entre os deputados inscritos, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. Presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, crianças que estão assistindo à sessão ordinária, aqui, no Parlamento catarinense, e sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, eu gostaria também de fazer um convite, já destacado nesta Casa, a todos deputados, deputadas, ao público catarinense, para assistirem à sessão solene amanhã, deputado Jailson Lima, quando homenagearemos o Grupo RBS pelos 50 anos de fundação no estado de Santa Catarina.

Então, amanhã, quinta-feira, às 19h, neste plenário, teremos a satisfação de homenagear esse grupo que muito tem feito pelo nosso estado e pela região sul.

Srs. deputados, eu gostaria de informar que estamos ainda comemorando a Semana da Água, que começou no dia 20 de setembro e que vai até o dia 27 deste mês. Esse é um momento de muita reflexão para todos nós que somos legisladores e que temos a missão, a responsabilidade de fazer as leis para o estado de Santa Catarina. E como representante do povo catarinense, temos que ter uma preocupação muito grande com o nosso planeta, com nosso meio ambiente e com a água.

(Passa a ler.)

"Água é fonte de vida. Não importa quem somos, o que fazemos, onde vivemos, porque sempre dependeremos dela para viver. No entanto, por maior que seja a importância da água, as pessoas continuam poluindo os rios e suas nascentes, esquecendo o quanto ela é essencial para nossas vidas. A água é provavelmente o único recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na sociedade.

É um recurso natural essencial, seja como componente bioquímico de seres vivos, como meio de vida de várias espécies vegetais e animais, como elemento representativo de valores sociais e culturais e até como fator de produção de vários bens de consumo final e intermediário. Segundo estatísticas, 70% do planeta é constituído de água, sendo que somente 3% são de água doce e desse total, 98% é de água subterrânea.

Isso quer dizer que a maior parte da água disponível e própria para consumo é mínima, perto da quantidade total de água existente na nossa Terra. Nas sociedades modernas, a busca do conforto implica necessariamente em um aumento considerável das necessidades diárias de água.

Os recursos hídricos têm profunda importância no desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Em relação à produção agrícola, a água pode representar até 90% da composição física das plantas. A falta d'água em períodos de crescimento dos vegetais pode destruir lavouras e até ecossistemas devidamente implantados. Na indústria, para se obter diversos produtos, as quantidades de água necessárias são muitas vezes superiores ao volume produzido.

Observando os dados que vou relatar, percebo que precisamos começar a utilizar a água de forma prudente e racional, evitando o desperdício e a poluição, pois:

- Um sexto da população mundial, mais de um bilhão de pessoas, não têm acesso à água potável;

- 40% dos habitantes do planeta, 2,4 milhões, não têm acesso a serviços de saneamento básico;

- Cerca de seis mil crianças morrem diariamente devido a doenças ligadas à água insalubre e a um saneamento e higiene deficientes;

- Segundo a ONU, até 2025, se os atuais padrões de consumo se mantiverem, duas em cada três pessoas no mundo vão sofrer escassez moderada ou grave de água.

E no mundo? Se hoje os países lutam por petróleo, não está longe o dia em que a água será devidamente reconhecida como o bem mais precioso da humanidade. Nós tivemos a I e a II Guerras Mundiais. Se houver uma terceira guerra mundial a luta será pela água.

A Terra possui 1,4 milhões de quilômetros cúbicos de água, mas apenas 2,5% desse total é doce. Os rios, lagos e reservatórios de onde a humanidade retira o que consome só correspondem a 0,26% desse percentual. Daí a necessidade de preservação dos recursos hídricos.

Em todo mundo, 10% da utilização da água vão para o abastecimento público, 23% para a indústria e 67% para a agricultura.

A Água no Brasil

O Brasil é um país privilegiado no que diz respeito à quantidade de água. Tem a maior reserva de água doce da Terra, ou seja, 12% do total mundial. Sua distribuição, porém, não é uniforme em todo o território nacional. A Amazônia, por exemplo, é uma região que detém a maior bacia fluvial do mundo. O volume d'água do rio Amazonas é o maior do globo, sendo considerado um rio essencial para o planeta. Ao mesmo tempo, é também uma das regiões menos habitadas do Brasil.

Em contrapartida, as maiores concentrações populacionais do país encontram-se nas capitais, distantes dos grandes rios brasileiros, como o Amazonas, o São Francisco e o Paraná. Além disso, os rios e os lagos brasileiros vêm sendo comprometidos pela queda de qualidade da água disponível para captação e tratamento.

Diante de tudo isso, senhoras e senhores, destaco em plenário a Semana da Água do Vale do Itajaí - Comitê do Itajaí - do qual digo, com muito orgulho, que sou membro integrante, e tenho a responsabilidade de representar a Assembleia Legislativa. A semana da água é uma campanha de cidadania pela água que se consolidou dentro da proposta de gerenciamento dos recursos hídricos do Comitê de Itajaí.

É uma campanha de caráter educativo, de envolvimento comunitário, e de conservação ambiental, com a finalidade de despertar a atenção de homens e mulheres, de todos os catarinenses, da bacia hidrográfica do Itajaí para a proteção e conservação da água e dos seus rios.

Trata-se senhores, de uma grande maratona ambiental realizada todos os anos, desde 1999, que tem o seu auge na semana em que se inicia a nossa primavera, em todos os municípios da bacia, encerrando com uma assembleia extraordinária do Comitê do Itajaí. A semana da água foi instituída por lei em muitos municípios, e mobiliza as escolas e as organizações sociais diversas.

A primeira tentativa de criar uma organização, com a finalidade de agência de água, foi com o sr. Otto Rohkohl que, em 1929 propôs a criação de uma sociedade anônima contra as enchentes, com um capital de cerca de 100 contos. A ideia do sr. Otto se baseava na convicção de que, em relação ao problema das cheias, é inútil esperar por uma solução por parte dos governos estadual e federal. Tal como em tantos outros casos, é necessário começarmos pela auto-ajuda".

Por isso que esta Semana da Água, senhores, que começou no dia 20 e vai até o dia 27, é um período de conscientização de homens, mulheres e crianças para a preservação deste recurso tão importante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica o recebimento de um ofício, que tem origem no gabinete do deputado Joares Ponticelli, justificando sua ausência na sessão de hoje, uma vez que se encontra participando e representando esta Casa no 10º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, queria anunciar aqui, com satisfação, a visita à Assembleia Legislativa de 40 alunos da Escola Georgina Carvalho Ramos da Luz, com sua diretora e seus professores, e também a visita de 14 diretoras e diretores das escolas municipais de Brusque, que fazem com que a educação do nosso município seja destaque em Santa Catarina e no Brasil.

Gostaria de dar as boas-vindas aos diretores, aos professores e aos alunos de Brusque, que nos visitam na tarde de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam todos muito bem-vindos!

O próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, que tem a palavra, na forma do Regimento, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, hoje é o Dia Mundial de Prevenção à Gravidez na Adolescência, e temos que refletir sobre o que isso representa no Brasil, onde em 2005 nasceram aproximadamente 500 mil crianças, filhas e filhos de mães adolescentes com idade de 12 a 16 anos. O que nos mostra o cenário brasileiro e o cenário latino-americano, mas principalmente o brasileiro, é que o índice de gravidez na adolescência tem aumentado, e a maioria dessas crianças-mães são crianças sem uma perspectiva de projeto de vida.

A grande parte dessas crianças-mães são meninas que não tiveram uma educação adequada e um acompanhamento nas escolas, porque apenas 17% delas cumpriam e faziam o segundo grau escolar. Essa falta de perspectiva aponta também que essas mães adolescentes após gerar o filho, mais ou menos 5% voltam a estudar. Isso, sem considerarmos o nível de renda dessas crianças, que muitas vezes criam seus filhos solitariamente, dependendo de diversos órgãos públicos e favores de parentes, de amigos, tendo em vista que não sabem ainda o comportamento que precisam ter como mães adolescentes.

Por isso, urge no dia de hoje uma reflexão da importância que têm os serviços do sistema educacionais deste país, as secretarias de Educação e as secretarias municipais da Educação, para um programa de orientação sexual nas escolas, e principalmente uma educação continuada para que se evite essa situação drástica que o nosso Brasil apresenta. Cabe não só ao ministério da Educação, mas também ao ministério da Saúde, uma visão com um cincho mais direcionado para a prevenção da gravidez na adolescência.

Ao mesmo tempo, cabe registrar que ontem participamos, juntamente com diversos deputados, conduzidos pelo deputado Décio Góes, com os deputados Manoel Mota, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczai, Edson Piriquito, do debate sobre a questão do pedágio no estado de Santa Catarina. No dia 5 de setembro a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou nesta Casa uma moção contrária à implantação do pedágio no estado de Santa Catarina.

E ontem mesmo, em audiência pública dirigida pela comissão de Transporte foi feito esse debate, e a Federação dos Transportes apresentou a sua análise de processo licitatório, análise dos documentos encaminhados para licitação para implantação do pedágio em Santa Catarina.

Primeiro quero deixar claro que como deputado do Partido dos Trabalhadores defendo esse governo federal, sim, e somos um governo de coalizão, mas no estado de Santa Catarina temos uma posição frontalmente contrária ao implante do pedágio no estado.

Por mais que queiram justificar a necessidade de recursos, a Cide, a contribuição compulsória dos combustíveis já é uma tributação cobrada para a manutenção das estradas. E essa praga não pode ser implantada em Santa Catarina. Por isso somos contrários!

Além do mais, a denúncia formulada ontem pela Federação dos Transportes, mesmo sendo um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, nos leva a fazer um questionamento sobre a forma como está sendo colocada. Sabemos que as instâncias superiores que coordenam um governo, e eu fui prefeito, não regulamentam e não fazem o debate da formulação da licitação.

Mas não dá para admitir que, nas páginas da internet que têm o processo licitatório, tenha lá o selo da CR Almeida, essa e tantas empreiteiras que mamaram nesses governos passados, dando, nitidamente, a demonstração de uma licitação com endereço encaminhado.

Por isso, como um deputado do PT, deixo a minha posição clara de que o governo tem que rever essa situação.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

O próximo orador inscrito é o deputado padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, trago novamente à tribuna, na tarde de hoje, aquilo que tem sido motivo de mobilização nos últimos dois dias em todo território nacional, que foi do Movimento dos Sem Terra, que, de uma forma ou de outra, continuou com o seu trabalho de mobilização e de reivindicações de políticas voltadas para a atividade dos assentamentos em todo o nosso país.

Nesse sentido é que a jornada de lutas tem como objetivo, como pano de fundo, o avanço na política da desconcentração da terra ou, ao mesmo tempo também, na perspectiva de se construir uma política voltada na função social da terra, o avanço na reforma agrária.

São, hoje, basicamente, em todo o país, em torno de 150 mil famílias que lutam, através da sua organização, o MST, pelo assentamento dessas famílias nas diferentes regiões do nosso país.

Diga-se de passagem, a política econômica presente, atuante, no nosso país que corta do orçamento recursos previstos para o implemento, a concretização, o avanço da reforma agrária é que coloca obstáculos para que realmente se chegue a avançar no processo dos nossos assentamentos e no processo da reforma agrária.

Fazendo uma reflexão sobre essa mesma política, percebe-se que este governo de coalizão é que impõe obstáculos para que se possa avançar nessa e em muitas outras políticas em nível nacional.

Esse agrupamento político-partidário impõe obstáculos no avanço e na concretização da reforma agrária.

Os interesses daqueles que compõem o governo são outros, e por isso questiono. E precisamos avançar. Temos a clareza de que essa política econômica construída nesses últimos anos, ao invés de permitir o avanço, agrava ainda mais a transformação desse contexto e dessa realidade. Ela favorece definitivamente o agonegocio e a concentração de renda, de riqueza, nas mãos daqueles que sempre a tiveram, e não permite que se possa avançar na distribuição da terra.

Por isso que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, neste país, continua a sua luta, a sua mobilização, e continua fazendo frente para que de fato a terra possa ocupar sua função social.

Durante esta semana houve várias mobilizações de trabalhadores sem terra em todo o país, no sentido de avançar na pauta de reivindicações construída no próprio movimento. E no dia de ontem tive a oportunidade de, aqui da tribuna, pontuar algumas dessas reivindicações.

Gostaria de falar também sobre os pedágios no estado de Santa Catarina. A nossa bancada tirou uma definição dos seis deputados estaduais, com muita clareza e nitidez de todo esse processo. Isso porque historicamente o Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina e as suas bancadas neste Parlamento passaram sempre tiveram uma postura contrária à privatização das rodovias, sejam elas federais ou estaduais, não importa. Essa tem sido a nossa posição. Mesmo contrariando a postura deste governo de coalizão, que tem inúmeros outros interesses em jogo, a nossa postura será a mesma, clara: contrária à privatização das rodovias federais e de qualquer iniciativa que venha a privatizar qualquer rodovia estadual no estado de Santa Catarina.

Foi assim também com muita clareza no que diz respeito ao Banco do Estado de Santa Catarina. E não fomos nós que colocamos o Banco no caminho e no processo da privatização. Foram esses governos que até hoje aí estão que encaminharam esse processo. Nós sempre defendemos o banco público, em defesa e a serviço do povo do estado de Santa Catarina. Esta é a nossa posição!

Muito obrigado, sra. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Srs. deputados, na comissão de Transportes desta Assembléia, na noite de ontem, tivemos acesso a documentos exibidos pelo presidente da Fetransesc. Ele, através de várias manifestações e de documentos apresentados, fez ver aos parlamentares e também aos representantes de vários segmentos ligados à área de transportes que o edital para o pedagiamento das rodovias federais BR-116 e BR-101 contém indícios de vícios insanáveis com relação à licitação elaborada pela esfera federal. Fez também a manifestação de que tal documento já foi remetido às esferas competentes: ao Ministério Público e ao próprio Poder Executivo federal.

Todos nós, sr. deputado Manoel Mota, aguardamos providências e, principalmente, a suspensão definitiva da cobrança de pedágio nas rodovias em Santa Catarina.

As rodovias do estado, srs. deputados, não estão em discussão e não estão no bojo desse processo licitatório, mas, sim, as rodovias federais. Fiquei satisfeito, feliz com os pronunciamentos dos deputados de todas as matizes partidárias, de todas as cores partidárias, somando-se todos juntos para que pudéssemos, aí sim, em nome do Parlamento catarinense, manifestar a nossa contrariedade que está expressa em uma moção. E se houver a concordância dos srs. líderes, ela poderá ser deliberada hoje mesmo em plenário para que não venhamos a penalizar, a onerar duplamente aqueles que se utilizam das rodovias e a população, que sequer tem veículos, mas que vai pagar pelo custo maior do transporte.

Por isso, srs. deputados, nós, em Santa Catarina, que ainda estamos livres dos malefícios do pedágio traz à nossa população, economicamente falando, e, a exemplo de outras regiões do país, também já contribuimos de forma expressiva no pagamento da Cide, o imposto que pagamos toda vez que abastecemos o nosso automóvel, também queremos ver o nosso direito de consumidor preservado. E ninguém quer ver os pedágios como existem nas diversas partes do nosso país.

Quero também citar uma manifestação extremamente séria feita pelo presidente da Fetransesc, de que a arrecadação de uma das rodovias, somente com a cobrança de pedágio de automóveis pelo tempo estipulado no edital, vai corresponder à soma de R\$ 1.5 bilhão e na outra de R\$ 1.2 bilhão, e que a conclusão de uma dessas rodovias não passa de R\$ 200 milhões. Por isso mesmo é que fiquei imensamente satisfeito.

O nosso Parlamento e os pronunciamentos de ontem e de hoje convergem na mesma direção, para que todos possamos fazer com que o anseio da população catarinense possa repercutir e sensibilizar as esferas responsáveis pela cobrança de pedágio no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço o nobre deputado Manoel Mota, um homem experimentado nas nossas rodovias, caminhoneiro, e que sabe das dificuldades por que passa essa categoria tão importante que transporta riquezas em todo o nosso país.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentíssimo deputado Herneus de Nadal, sou experimentado, sim. E tenho a honra de conhecer o seu pai, também um homem experimentado no volante de caminhão desses tapetes pretos. Naquele tempo era só buraco, não havia tapetão preto.

O Brasil viveu os momentos da privatização, e este Parlamento, do qual eu me orgulho muito, já deu muitas demonstrações de coerência, de amor a este estado e de defesa do cidadão e do usuário catarinense. Já tivemos entraves aqui violentos na questão da SC-401, e o que ganhou? O não-pedágio na SC-401. Na questão da BR-470, tramitou um projeto nesta Casa, um negócio tremendamente desleal, um melado, um engodo para enriquecer pessoas que iam colocar a mão na BR-470, que levaria 25 anos para ser duplicada. Iam ficar milionários para depois pensar se iam duplicar ou não. E nós também derrubamos isso. Portanto, este Parlamento sempre deu uma resposta positiva.

E na noite de ontem demos outra resposta altamente positiva, através da comissão da Agricultura, com a presença do presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas de Santa Catarina, do João José do DNIT, de um deputado e do sindicato do Paraná: o sentimento ali prevaleceu no sentido do não-pedágio em Santa Catarina.

Hoje, em outra reunião que tivemos, foi proposta a criação de uma frente parlamentar - e convido v.exa. a participar dela. E vamos fazer uma moção, na qual constará aquela denúncia feita ontem pelo presidente da federação, pedindo que seja suspenso esse edital que está cheio de vícios.

Por esta razão, tomamos estas medidas e vamos continuar tomando até quarta-feira, quando fecharemos a BR-101 para mostrar para o Brasil inteiro que não vai ter aqui também.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Nobre deputado, desejo cumprimentá-lo por trazer este tema para discussão.

Nos últimos tempos é a primeira vez que um tema parece trazer a unanimidade de pensamento de parte dos srs. parlamentares. Todas as manifestações que assistimos ontem são na direção de que o pedágio não deve ser instituído aqui em Santa Catarina e nas rodovias públicas. Santa Catarina pode mais uma vez dar exemplo ao Brasil inteiro de como pode se mobilizar. Vamos agora fazer um trabalho junto às entidades organizadas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa do sr. Jacir Carlos Rosette, da associação e cooperativa dos assentados de Lebon Régis; do sr. Amarildo Medeiros, secretário do Sindicato dos Agricultores; e do sr. Rogério Maceno, desejando que todos sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam todos bem-vindos!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente e srs. deputados, na verdade o horário reservado aos Partidos Políticos adiantou um pouco e pegou este deputado de surpresa. De qualquer maneira, gostaria de tratar de um assunto aqui e como sei que inúmeros departamentos do governo e até mesmo o governo acompanha a sessão da Assembléia Legislativa, gostaria de fazer um apelo, especialmente ao lado de lá.

Este apelo se estende também aos colegas deputados no sentido de que atentem para um problema que estamos enfrentando no município de Joinville, que diz respeito à delinqüência cada dia maior, ao avanço do número de assaltos e dos crimes envolvendo menores naquele município. Nós tivemos a oportunidade este ano de colocar no Orçamento para o próximo ano a construção de um centro de internamento para menores no município de Joinville. Existem muitas resistências em relação a isto. E dizem: "Milton Gonçalves está querendo construir uma Febem em Joinville. Está louco! Quer colocar uma Febem aqui no município, onde tudo está tão tranquilo".

Mas quem convive com os problemas de Joinville, especialmente na área policial, sabe a verdadeira dor de cabeça que enfrentamos diariamente naquele município. Menores com rol de delinqüência enorme, policiais desestimulados com o seu trabalho diário, porque praticamente as mesmas caras são presas. Prende-se o elemento hoje e no dia de amanhã ele está rindo na rua, belo e formoso, por conta da idade. Um vagabundo, barbado, com 17 anos é considerado menor, entra no Código da Criança e do Adolescente e nada se faz. Que, pelo menos, retire-se de circulação essa cambada que não vale o feijão que come naquele município, e os coloque numa unidade de internamento!

Essa unidade de internamento precisa ser construída. E é o apelo que faço ao governo: que cumpra, que respeite aquilo que foi colocado no Orçamento para o próximo ano. Já começo a pedir desde agora para ver se no ano que vem aquela verba que foi destinada no Orçamento saia na prática para a construção de um centro de treinamento para vagabundos. Não digo para menores, mas, sim, um centro de treinamento para vagabundos que não tenham ainda 18 anos de idade. E quem sabe aí se possa fazer alguma coisa para recuperá-los um pouco, pois que seja só 30%, mas pelo menos dá para tentar fazer alguma coisa por eles.

Estou também fazendo uma solicitação ao excelentíssimo sr. governador e ao secretário da Infra-estrutura, que seja dada uma atenção especial à instalação do pedágio na BR-101. Dia desses aqui em plenário, eu não estava, mas fiquei sabendo depois que, equivocadamente, foi lida aqui - e não sei como chegou aqui -, uma matéria na qual este deputado estaria pedindo para pedgiar os veículos do município de Garuva. Quem entendeu assim, subestimou a inteligência deste deputado, fazendo uma indicação solicitando o pedagiamento dos veículos com placas de Garuva. É no mínimo querer me jogar contra a população da cidade onde tive a maior votação de toda a minha vida pública, no município de Garuva.

Na verdade, eu estava pedindo, e volto a pedir ao governador e às pessoas responsáveis pela instalação do pedágio - que sairá gritando ou não, vai sair, vai ser uma gritaria, deputado Pedro Uczai, uma gritaria do inferno, mas já que vai sair - que isentem do pedágio os veículos de Garuva, que têm placas de lá, pois será bem no perímetro urbano; Assim como vai ter também próximo a Tijucas, que se isente também os veículos de Tijucas de pedágio. É o mínimo que se pode fazer, é o mínimo!

Teria outras coisas aqui para comentar, mas, infelizmente, o tempo já se está esgotando. Eu gostaria muito de conversar com os srs. deputados sobre a questão da fidelidade partidária. Todo mundo tem como primeiro ponto a fidelidade partidária, isso é sagrado. Nessa reforma tem que sair fidelidade partidária.

Entendo que a fidelidade partidária deveria ser discutida da seguinte forma: a pessoa deveria ficar, no mínimo, três anos no partido e só depois poderia mudar. Porque se você se indispõe com o seu partido por conta de uma votação, por conta de uma decisão que ele tomou, porque ela não está de acordo com os seus princípios, e você vota contra, o partido coloca você para escanteio, você fica marginalizado lá dentro e não pode mudar de partido.

Essa é uma questão para discutir de uma maneira mais profunda e mais tranquila. Agora o nosso espaço já acabou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado deputado Nilson Gonçalves. Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar em nosso plenário, em nossa Casa, a presença do policial federal Eloir Bossi, amigo nosso da cidade de Papanduva, que muito nos honra com a sua presença. Seja bem-vindo a esta Casa e felicidades ao povo de Papanduva.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito bem-vindo ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, quero registrar a presença de um amigo, em que pese não ser do meu partido, mas ser do DEM, ele é prefeito de Barra Velha e esteve há pouco no meu gabinete tomando um cafezinho comigo e visitando a Casa. Queremos também dar boas-vindas ao prefeito Valter Marino Zimmermann, do município de Barra Velha.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito bem-vindo prefeito Valter Marino Zimmermann, do município de Barra Velha, ao Parlamento Catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Genésio Goulart, por até dezenove minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, membros da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje quero dividir este horário do meu partido com o meu nobre colega deputado Renato Hinnig.

Quero aproveitar esta oportunidade, hoje, para fazer uma mensagem de reconhecimento aos 25 anos de existência da TVBV, a TV Barriga Verde, que realmente tem uma história muito bonita no estado de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná. Trata-se do reconhecimento de todo o trabalho dessa emissora, das pessoas históricas que nela trabalharam e trabalham.

Sendo assim, quero fazer esse agradecimento, no dia de hoje, aos membros da TVBV, ao presidente, aos diretores, aos funcionários e a todos aqueles que acompanham a divulgação do grande trabalho dessa emissora, porque nós temos que reconhecer a história da TV Barriga Verde em Santa Catarina.

É para nós uma honra muito grande ter esta emissora de televisão trabalhando em prol de Santa Catarina e por isso quero parabenizar todos que participam da TV Barriga Verde pelos 25 anos de trabalhos prestados à comunicação em nosso estado.

É realmente uma história muito bonita. Fiquei muito encantado e por isso estou aqui fazendo esta homenagem à TVBV, porque reconheço que esta emissora orgulha Santa Catarina, orgulha todos nós.

É preciso reconhecer as coisas boas e não ficar só cobrando as coisas do governo do estado; temos que dar valor aos fatos bons que acontecem. Sendo assim, é com muita honra e satisfação que faço esta manifestação ao presidente da TVBV, aos diretores e funcionários e parabenizo-os pela linda história que construíram ao longo de 25 anos da emissora.

Como disse, eu tive conhecimento da história da TV Barriga Verde e fiquei muito encantado, por isso estou aproveitando este espaço do horário do nosso partido exatamente para fazer esta homenagem a uma empresa de grande importância para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, como comunicador de televisão e conhecendo perfeitamente o trabalho da TVBV, eu gostaria de me irmanar à sua homenagem e fazer minhas as suas palavras.

A TVBV tem de minha parte e dos demais deputados todo respeito e todo carinho. É muito merecida essa homenagem que v.exa. está fazendo nesse momento.

Assinamos embaixo, essa homenagem, porque a TVBV é um orgulho para todos nós catarinenses.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nobre deputado, eu gostaria de parabenizá-lo pela feliz idéia em homenagear a TVBV que é, sem dúvida, um órgão de comunicação do nosso estado que faz jus à sua homenagem.

Como disse o deputado Nilson Gonçalves fazemos nossas as suas palavras.

Parabéns por sua homenagem.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, deputado Antônio Aguiar. Realmente é muito importante o reconhecimento dos nobres deputados. É muito importante reconhecermos essa história bonita da TVBV. Como falei, nós temos que ter reconhecimento pelas coisas boas do nosso estado. E com isso estamos tendo esse reconhecimento fazendo essa homenagem pelos 25 anos de existência da TVBV.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Prezado colega deputado, é com grande alegria que nos associamos à sua homenagem à TVBV. Em nome da bancada dos democratas a nossa mais sincera contribuição para que essa homenagem seja efetiva, até porque o trabalho que a TVBV presta à Santa Catarina vem de longa data. Temos muita alegria em poder, junto com v.exa., fazer essa homenagem.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, deputado Gelson Merísio e parabéns por sua participação.

Mais uma vez quero agradecer ao presidente dessa tão valiosa empresa que é a TVBV.

Agradeço ao Saul Brandalise, ao Vanderlei Peretti, ao Carlos Eduardo Lino, ao apresentador Vânio Bossle e a todos os apresentadores, a todos os funcionários da TV Barriga Verde, porque realmente isso é o reconhecimento que temos.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Genésio Goulart, parabenizo v.exa. por sua iniciativa.

Há uns três meses fiz uma referência da tribuna sobre a TVBV, ao programa *Nossa Terra Nossa Gente* que mostra toda nossa Santa Catarina em todos os níveis de cultura, de diversão e entretenimento, programa muito viável dentre tantos outros.

Eu coloquei aqui na época que esta é a nossa TV, a TV que é a cara de Santa Catarina, que tem os programas voltados realmente para a sociedade.

Parabenizo v.exa. pela iniciativa.

Tenho o maior prazer em participar porque entendo que a TVBV, não desmerecendo as demais, tem uma raiz muito forte com os nossos catarinenses.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, também, pela sua participação.

Realmente, tive conhecimento da história; por isso, estou muito empolgado e motivado a fazer essa homenagem de reconhecimento, porque é uma coisa muito bonita.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Genésio Goulart, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer da importância desse veículo de comunicação que presta relevantes serviços e que é parceiro do desenvolvimento de Santa Catarina. Então, é o reconhecimento de um veículo de informação, é o reconhecimento da TV Barriga Verde.

Assim, quero cumprimentar toda a diretoria, os homens que fazem acontecer notícias, trazendo a verdade, que é o papel da TV Barriga Verde.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Quero saudá-lo, deputado. V.Exa. é um deputado trabalhador, está sempre atento aos acontecimentos de Santa Catarina e traz, agora, à tona, a importância dessa homenagem à TV Barriga Verde, à TV que traz no seu nome a nossa representação catarinense. E quero registrar a importância da democracia no meio de comunicação e a importância que a TV Barriga Verde tem para o estado de Santa Catarina.

Parabéns a todo corpo diretivo, a todos os seus funcionários, a todos os colaboradores que fazem dessa empresa uma empresa fundamental para que a opinião pública, para que a palavra e o sentimento da comunidade encontrem eco nesse importante meio de comunicação.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado pela sua participação e pela sua mensagem.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. deputado, quero agradecer pelo aparte.

Quero também me somar à sua manifestação e à dos demais deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, e dar os nossos parabéns à TVBV e a toda sua equipe. E quero também dizer da importância de termos vários espaços de comunicação em Santa Catarina, porque quanto mais espaços democráticos tivermos mais oportunidades de democratizar a informação teremos.

Parabéns pelo papel que cumpre e que poderá cumprir ainda nos próximos anos que certamente terá.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Parabenizo mais uma vez toda a direção da TVBV, todos os funcionários, desejo muito sucesso a todos, que Deus os abençoe e que continuem sendo essa empresa maravilhosa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Quero cumprimentar a nossa presidente, os nobres colegas deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e quero inicialmente agradecer a manifestação reiterada da deputada Ana Paula Lima, preocupada com a solução para os fiscais da Fazenda. Estamos empenhados nisso e em breve estaremos resolvendo essa questão junto com v.exa., com o seu apoio e o de toda a bancada do PT.

Quero também cumprimentar o deputado Genésio Goulart por estar encaminhando essa homenagem a esse veículo de comunicação tão importante de Santa Catarina, a TVBV, que presta relevantes serviços ao nosso estado, já que tem a preocupação de efetivamente trazer temas de interesse dos catarinenses, sendo dirigida por profissionais muito competentes e que sem dúvida nenhuma trazem informação para o conhecimento de todos.

Quero aproveitar este momento para trazer informação do grande encontro realizado no último final de semana pelo PMDB, no município de Piratuba, onde tivemos a participação dos deputados Moacir Sopelsa e Romildo Titon, juntamente com o presidente do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, a nossa bancada federal e um grande número de jovens do PMDB. Mais de 800 jovens participaram desse encontro. Tentamos fazer com que o jovem participe mais da política, das atividades partidárias e de oficinas que lá foram instaladas. Lá foram discutidos grandes temas e fixadas diretrizes de atuação para a juventude do PMDB até o final desse exercício e para o próximo ano.

Estamos tentando fazer com que a JPMDB efetivamente se estruture em todo o município de Santa Catarina e passe a ter uma agenda positiva de encontros, discutindo temas importantes para a política catarinense, fazendo com que essa juventude também participe já nas próximas eleições com candidatos a vereadores e prefeitos, até onde isso puder ser possível, já que a juventude do PMDB traz força ao partido e muita motivação, muita vontade de realizar as coisas.

Também neste encontro do último final de semana, no domingo, fizemos o lançamento do novo segmento do PMDB, que é o segmento do desenvolvimento sustentável ambiental, que vem tratar com coragem esse tema que faz parte da preocupação de mais de 90% da população. Enfim, um partido do tamanho do PMDB precisa enfrentar essa discussão, fazendo com que haja uma mobilização de toda a sociedade catarinense para desvencilhar problemas que estão acontecendo em torno de legislações que não são aplicáveis a questões específicas de Santa Catarina. Outras resoluções que são tomadas em Brasília, que têm abrangência de caráter internacional, se aplicadas aqui em Santa Catarina, trazem problemas e também fazem com que os nossos companheiros do PMDB tenham preocupações em encaminhar soluções para esses problemas, em trazer experiências de boa prática e também em provocar mudanças importantes e necessárias na legislação estadual.

Está prestes a vir para esta Casa uma proposta do novo código ambiental, a qual pretende regular essa questão e que vai certamente provocar um debate muito interessante aqui nesta Casa Legislativa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de saudar v.exa. pela brilhante participação da juventude do PMDB e pelo tema apresentado, já que é secretário do partido e está realizando um belo trabalho. Claro que o presidente do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, também se está dedicando ao partido. Este é um momento de transição importante na parte ambiental do nosso estado, pois com o código ambiental que está para chegar vamos, sem dúvida nenhuma, ter um grande debate, como relatou v.exa. Parabéns, deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Parabéns pelo trabalho que v.exa. faz como parlamentar nesta Casa e também como secretário do PMDB.

Nobre deputado, é bom deixarmos registrado, e v.exa. traz esse registro, o trabalho do nosso prefeito de Piratuba, da juventude deste município do meio-oeste de Santa Catarina e de todo o nosso estado, em promover e dar todas as condições a um grande evento como o que foi efetivado.

O nosso partido foi o que enfrentou as Diretas Já e que trouxe de volta as eleições a presidente da República. Trabalhamos para ter eleições nas capitais, nas regiões de fronteira. O PMDB acabou com as eleições bionicas. Foi o PMDB que levou esse trabalho sempre adiante. E temos mais uma vez a coragem de enfrentar um dos piores problemas por que passa o mundo, o país e o estado de Santa Catarina, buscando essa questão ambiental.

Parabéns, deputado Renato Hinnig!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa. Quero também deixar registrado o grande trabalho feito pelo prefeito de Piratuba e pela juventude daquele município importante de Santa Catarina.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sra. presidente, srs. deputados, encontra-se aqui, no nosso meio, o sr. Walter, que é dono do Mercado Sak's, na localidade de Saco Grande. Ele é um sobrevivente de assalto. Na segunda-feira ele foi assaltado e levou um tiro no queixo. A bala saiu pela nuca, e ele está sobrevivendo, graças a Deus! E faço esse registro, com a presença do Walter, para chamar a atenção das autoridades.

Hoje, li nos noticiários, deputada, que já são cem homicídios na capital do estado. Na minha cidade, que foi conhecida como capital catarinense do tiro, matavam muito, mas hoje isso não acontece mais. Faz um ano que não matam mais ninguém, sra. presidente. Mas a nossa capital está sem segurança. E o Walter é uma testemunha viva disso. Até faço questão de fazer esse registro porque ele está, aqui, presente, ainda com o curativo. A bala saiu pela nuca, quando os ladrões assaltaram o seu supermercado.

Faço isso para chamar a atenção da Segurança, e aí v.exa. poderá nos ajudar, deputada, para que o governo federal libere recursos para essa área de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Quero fazer o registro da presença honrosa dos vereadores Clair Tessari e Adelar Provenci, conhecidos respectivamente por Cabelo e por Kiko, lá do meu querido município de Herval do Oeste, que estão aqui nos visitando. E quero também me solidarizar com o deputado Onofre Santo Agostini e dizer que ainda bem que o sr. Walter tem queixo duro; senão, teria acontecido uma tragédia.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feitos os devidos registros, realmente o problema da Segurança Pública em Santa Catarina é grave em todos os municípios.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, senhores e senhoras, não poderia deixar de fazer um registro que julgo ser de fundamental importância para Joinville, para Santa Catarina e para o Brasil: as 80 escolas municipais, deputado Nilson Gonçalves, desta cidade, estão, todas, deputado Antônio Aguiar, informatizadas - escolas urbanas e rurais.

Penso que se não for o único município do Brasil, é um dos poucos deste país, deputado José Natal, que informatizou, que montou laboratórios em todas as escolas. O município de Joinville é dirigido pelo prefeito Marco Antônio Tebaldi e tem como secretário da Educação o sr. Sílvio, com a sua competente equipe.

Esses laboratórios são utilizados pelos alunos e pela comunidade do Projeto de Inclusão Digital, através do Programa de Educação de Jovens e Adultos. E os computadores foram adquiridos com recursos do município de Joinville. Portanto, esse dado é fundamental, porque aproximadamente 20% das escolas do Brasil não têm água instalada, não têm energia elétrica, e Joinville tem todas essas escolas informatizadas.

Muito bem, outro dado relevante, deputado Antônio Aguiar, é que o município de Joinville conseguiu média cinco no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - IDEB, enquanto a média do Brasil é de 3,4%. O governo federal está fazendo um esforço para que em 2022 possamos chegar à média de 6%. E nós, deputado José Natal, deputado Nilson Gonçalves, já estamos com média cinco no município de Joinville. E esse é um fato relevante, é um dado que qualifica o nosso município, a maior cidade de Santa Catarina.

Outro dado importante é que recebemos neste ano, o município de Joinville, o prêmio de Gestão da Educação Inclusiva. A Escola Hans Müller recebeu o prêmio do IDEB, porque conquistou a melhor nota média do estado de Santa Catarina e, por isso, a sua diretora assistiu ao desfile do dia Sete de Setembro, no palanque, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também recebemos o prêmio Gestão da Merenda Escolar, e o prefeito Marco Antônio Tebaldi recebeu o prêmio Amigo da Criança, porque temos um trabalho de atendimento integrado à criança e ao adolescente, através de vários programas, seja na área da Saúde, da Educação ou do Bem-Estar Social.

Portanto, eu não poderia deixar, sra. presidente, de fazer esses registros, porque em todos os índices estamos bem qualificados. Joinville, no IDH - Índice do Desenvolvimento Humano - é a 13ª cidade do Brasil. E temos a melhor qualidade de vida. Mas não nos conformamos, sonhamos e, mais do que isso, estamos lutando com todas as forças, com todas as energias, para que possamos ser ainda, num curto espaço de tempo, a melhor cidade do Brasil para se viver.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço, com muita honra, o eminente deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de saudar v.exa., deputado Darci de Matos, pelo grande trabalho que está realizando no planalto norte. E nós, como deputado do planalto norte, gostaríamos de parabenizar o prefeito Marco Antônio Tebaldi por ser um cidadão catarinense que está realmente olhando para a educação, a qual vai refletir nos atos, no caráter, na personalidade, na inteligência, no desenvolvimento das nossas crianças, que serão os futuros trabalhadores, os futuros donos de Joinville.

Parabéns, deputado Darci de Matos, pelo excelente tema apresentado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar. Concluo as minhas palavras afirmando aquilo que é trivial, mas que precisa ser falado, lembrado: ou tomamos o rumo que os países desenvolvidos tomaram, deputado Silvio Dreveck, há décadas ou vamos parar no tempo; ou investimos maciçamente na educação infantil, de ensino fundamental, na educação do ensino médio e nas nossas universidades, no ensino do terceiro grau ou não vamos adiante. Esse é o caminho! Não há outro caminho!

Portanto, não posso deixar de externar os meus elogios ao deputado Dirceu Dresch, ao Programa de Desenvolvimento da Educação do governo federal, que vai investir pesadamente no ensino superior e nas escolas técnicas do Brasil, mas sobretudo de Santa Catarina, criando sete escolas técnicas e criando três unidades da universidade federal no sul, no oeste e na região norte de Santa Catarina, na nossa região, que era um pleito de muitos anos de toda a nossa comunidade.

Muito obrigada, sra. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sra. presidente! Boa tarde, srs. deputados, sras. deputadas!

No dia de hoje está sendo muito debatida a questão do pedágio. Quero falar também sobre esse tema, mas antes disso queria registrar que neste momento o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, está lançando para a imprensa, para a sociedade catarinense e para esta Casa, através do nosso presidente Pedro Uczai, a Escola de Formação do Partido dos Trabalhadores. Para nós é um grande desafio continuar capacitando e preparando os nossos dirigentes e os nossos militantes para assumir desafios ainda maiores e debater, dialogar e discutir grandes temas, e contribuir com o desenvolvimento do nosso país fazendo as mudanças na democratização, porque o nosso partido já contribuiu muito com o Brasil e precisamos avançar para o futuro. No final de semana teremos dois dias de encontro, lançando os debates desta escola de formação do nosso partido.

O Brasil está vivendo, com certeza, um grande e novo momento, e o destaque deste momento, que eu entendo fundamental, é a perspectiva do governo retomar o seu investimento através das políticas, através da estratégia de um novo desenvolvimento para o país, num conjunto de grandes políticas estruturais. Um dos destaques centrais para isso é o investimento, é a construção do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. São R\$ 503 bilhões que estão sendo investidos.

O PAC discute essa questão da estrutura do país, inclusive no estado de Santa Catarina, com um investimento extraordinário em obras de infra-estrutura como as BRs, os portos, e tantas outras áreas onde havia uma grande necessidade de investimento. E diga-se aqui, sem nenhum "pila" do FMI, deputado Sargento Amauri Soares, são investimentos feitos apenas com recursos internos.

O deputado Darci de Matos citava outro programa fundamental, que é o Programa da Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação Brasileira.

Falei ontem aqui do Programa Nacional de Segurança Pública, que são R\$ 7.6 bilhões a mais no orçamento, para investir em regiões prioritárias e também nos estados que estão fora dessas regiões consideradas prioritárias.

Poderíamos falar aqui do Programa de Saúde. Tivemos ontem o anúncio do ministro da Saúde sobre o reajuste das tabelas do SUS. Poderíamos falar aqui do Pró-Jovem, anunciado semana passada com mais de R\$ 4 bilhões de investimento em política pública para a nossa juventude, construída através das grandes conferências. E a conferência deste ano vai ser construída com o envolvimento extraordinário da nossa juventude, inclusive a juventude do nosso estado.

Estuda-se a possibilidade de um grande programa de investimento em ferrovias. Inclusive aqui em Santa Catarina está-se fazendo um estudo para construir as grandes ferrovias, comentadas aqui pelo nosso deputado Antônio Aguiar no dia de ontem, na perspectiva da construção da ferrovia leste-oeste, no nosso estado.

Infelizmente o país estava caminhando no rumo da privatização, da destruição do potencial do estado, da política pública, e se construiu no Brasil as agências reguladoras a partir desse caminho da privatização, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Hoje temos muitos problemas e há poucos dias foi debatida a questão da agência nacional que trata da aeronáutica, de toda área de aviação.

Nesta tribuna foi usada a questão da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sobre os problemas que estão sendo colocados, e infelizmente, todo o resultado de uma política construída durante anos de privatização em outros estados nas nossas rodovias, está sendo debatido hoje aqui no estado. Com certeza não era um compromisso do nosso presidente Lula e ainda não é, a questão da privatização. E foi esse o grande debate do segundo turno.

Gostaria de parabenizar os deputados do PMDB, Herneus de Nadal e Renato Hinnig, que estão discutindo a questão dos pedágios em Santa Catarina. É importante a bancada do PMDB se posicionar frente ao ministro dos Transportes, que é desse partido, e construir um movimento, de fato, em Santa Catarina. O nosso partido já enviou uma moção unânime, de luta contra a questão do pedágio em Santa Catarina, que é uma luta histórica nossa, e não é só uma luta de Oposição, porque antes éramos Oposição. Hoje temos o governo federal e não mudamos nossa opinião, vamos continuar nessa luta.

Queria encerrar o meu pronunciamento falando sobre os grandes desafios que este país tem pela frente, assim como o nosso estado. Hoje pela manhã foi discutido aqui também um papel estratégico do estado que é a defensoria pública em Santa Catarina. O cidadão catarinense tem o direito do fortalecimento, por exemplo, da saúde, da educação e também deve ter o direito da defesa; o direito de assessoria; o direito da intervenção judiciária quando ele precisa e não tem condições de pagar.

Então, o papel do estado no fortalecimento da política pública, é justamente o de construir uma estratégia, na nossa avaliação e do nosso partido, de distribuição de renda. E essa é a grande política que está sendo construída no Brasil.

É verdade, há uma estratégia econômica interna, as empresas têm crescido muito vendendo para o mercado interno e externo. Agora, por outro lado, temos uma intervenção importante na redistribuição da renda, são oito milhões de brasileiros que não vivem mais abaixo do nível de pobreza, devido à intervenção séria das políticas sociais como o bolsa família e todo o conjunto de programas que está sendo construído no Brasil.

Isso precisa ser reconhecido, precisa ser dito e discutido...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nos últimos dias temos praticado a democracia em várias atividades aqui na Assembléia Legislativa e também partidariamente falando.

Tive a oportunidade de ouvir aqui a manifestação de vários deputados. Primeiro, por conta de projetos que envolveram manifestações partidárias, mas por outro lado, também ouvi manifestações, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é do nosso planalto nortecatarinense, ouvi vários elogios ao deputado federal da nossa região que desceu a serra Dona Francisca, mesmo que o deputado Darci de Matos não tenha recebido com tanta alegria, mas é, na verdade, o exercício da democracia.

Nós tivemos, no Planalto Norte, na última sexta-feira, dia 21, deputado Jandir Bellini, uma viagem de exercício da democracia e da cidadania. Fomos a Canoinhas junto com o ex-governador Esperidião Amin, com a deputada federal Angela Amin e com o nosso presidente deputado Joares Ponticelli. Lá fomos agraciados com o ingresso do ex-prefeito de Canoinhas, que todos nós conhecemos pela sua índole, um homem de bem, e que ingressou nas fileiras do Partido Progressista, fazendo uma manifestação que me alegrou. Dizia ele, na oportunidade, que está ingressando no Partido Progressista sem nenhuma solicitação, nem troca de qualquer tipo de cargo ou compromisso do partido com o ex-prefeito João José Klempous. Ao mesmo tempo, dizia ele na oportunidade, que o seu compromisso e de seus liderados seria com Canoinhas.

Digo isso não como uma manifestação para menosprezar os demais partidos, ou qualquer coisa nesse sentido, mas de fato é o exercício da democracia, porque assim como nós perdemos filiados nós também crescemos filiados na nossa agremiação.

De Canoinhas, fomos a Porto União. Tivemos a grata satisfação de filiar nada menos do que o presidente da Câmara de Vereadores de Porto União, o sr. Luiz Alberto Pasqualin, com cinco mandatos na Câmara, também ex-peemedebista que ingressou no Partido Progressista.

Descemos a Papanduva e lá tivemos a satisfação de ter em nosso meio novamente, deputado Jandir Bellini, o nosso ex-correligionário, dr. Luiz Henrique Saliva. À noite, já em Mafra, tivemos o ingresso no Partido Progressista do ex-prefeito Carlos Schölze, ex-vereador, uma grande liderança, um homem de bem, ex-prefeito e que também ingressou nas fileiras do Partido Progressista.

Na região norte sabemos que hoje o Partido Progressista tem uma única prefeitura que é Três Barras, mas com essas lideranças poderá, evidentemente, exercitar a própria democracia com maior competitividade, o que é salutar para todos nós.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Quero parabenizá-lo deputado Silvio Dreveck. Tenho acompanhado o trabalho democrático e partidário que v.exa. tem feito no norte catarinense, trazendo às fileiras do Partido Progressista lideranças daquela região.

O Partido Progressista, deputado Silvio Dreveck, vem crescendo, eu diria assim, no âmbito estadual. Há uma expectativa muito grande por parte de diversas lideranças com relação não só ao pleito do próximo ano, quando serão eleitos novos prefeitos em todo o Brasil, mas também no pleito de 2010.

Na foz do rio Itajaí não é diferente. Grandes lideranças, vereadores, lideranças políticas do passado, estão assinando ficha. Ontem à noite, inclusive, tivemos uma reunião na cidade de Itajaí. Diversas lideranças municipais de outros partidos ingressaram no Partido Progressista pela proposta, pelo trabalho, pelo ideal das lideranças que o partido possui.

Então, parabéns a v.exa. Continue assim. Tenho certeza de que o resultado que espera será alcançado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Jandir Bellini. Eu acredito que não é só essa expectativa, porque temos tido manifestações de lideranças que estão, de certo modo, insatisfeitas com a atual gestão do governo do estado, porque se não fosse assim, certamente não estariam procurando partidos de oposição para fortalecer a democracia em Santa Catarina. Na medida em que não há uma disputa mais competitiva, evidentemente que há um enfraquecimento da democracia, e nós estamos novamente vivendo um bom momento da democracia catarinense, na expectativa de poder fortalecê-la.

Nós vamos ter uma democracia forte na medida em que os partidos se fortalecem, e o nosso partido também é um partido que tem história no cenário catarinense e no cenário nacional como muitos têm. Sempre foi um partido que preconizou a livre iniciativa, é um partido que visa dar oportunidades, promover as pessoas através da educação, do conhecimento, da ciência e da tecnologia, que dá oportunidade através do meio produtivo, em especial a agricultura e outros meios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão. Gostaria de dizer, inicialmente, que nós também temos nos manifestado nesta tribuna de forma contrária à instalação de pedágio em Santa Catarina. Estamos animados com a audiência pública realizada ontem à noite, com os seus resultados e desdobramentos, que apontam na perspectiva da maioria dos parlamentares deste Poder legislativo participar do processo de mobilização popular, e como foi dito aqui pelo deputado Manoel Mota, inclusive com o fechamento de rodovia, no caso quarta-feira que vem, no município de Palhoça, para que seja entendido pelo governo federal e por todos aqueles que pretendem privatizar as estradas que a sociedade catarinense é contra e pretende continuar livre de pedágio. Santa Catarina, território livre de pedágio!

Mas preciso falar de eventos ocorridos na tarde de ontem, quando praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, os servidores da Saúde e os professores realizaram assembleias gerais de suas categorias aqui nesta Capital, dirigidas naturalmente pela Associação de Praças, pelo Sinte e pelo Sindsaúde.

Cada categoria discutiu as suas demandas específicas, inclusive salariais, mas todas elas têm como ponto comum a necessidade do fortalecimento do serviço público no estado de Santa Catarina.

É passo a ler a pauta de reivindicações com os principais pontos de cada categoria. Pauta esta que foi protocolada nesta Casa pelos presidentes das três entidades.

(Passa a ler.)

"Reivindicações dos Trabalhadores da Segurança Pública

- Integralização da Lei n. 254/2003, que trata do salário na segurança;
- Concurso público para contratação de policiais militares e bombeiros militares;
- Plano de carreira, sua ativação;
- Aquisição, através de licitação, de armamentos, coletes, fardamento e viaturas;
- Aumento do valor do vale-alimentação.

Reivindicações dos trabalhadores da educação

- Incorporação do abono;
- Equiparação com o piso salarial dos servidores públicos civis;
- Regularização dos serviços de serventes, vigias e merendeiras;
- Plano de saúde para os ACTs;
- Aumento do valor do vale-alimentação.

Reivindicações dos Trabalhadores na Saúde

- pagamento imediato das horas-plantão atrasadas;
- aumento do valor do vale-alimentação;
- data-base já;
- enquadramento do PCV;
- fora as organizações sociais da saúde;

- pagamento imediato da 13ª hora noturna.[...][sic]"

Vejam bem que temos pautas específicas de cada categoria, e algumas são comuns, como a salarial. Há necessidade de reajustar o valor do vale-alimentação, que é R\$ 132,00 o máximo. Desde 2001, quando foi instituído, há seis anos, permanece o mesmo valor de R\$ 132,00, quando não tem feriado.

Em seguida, todos esses servidores seguiram em direção ao Palácio do Governo, em passeata daqui da frente da Assembleia Legislativa até o Palácio do Governo, tendo a solidariedade, o acompanhamento dos militantes do Movimento dos Sem Terra que estavam aqui no Poder Legislativo. E o fator simbólico da manifestação de ontem foi a unidade da segurança, da saúde e da educação, a triplíce aliança popular para fortalecer o serviço público.

Voltaremos a essa pauta ainda na tarde de hoje!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais membros da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, ontem eu também me ausentei da sessão por solicitação dos meus colegas professores, que pediram que eu também participasse da assembleia-geral no Clube 12 de agosto. Saí imediatamente daqui e fui me unir a minha

classe, aos meus colegas professores. Na nossa trajetória - e já estou em final de carreira -, sempre participamos de todas as mobilizações. Essa é uma luta antiga.

Sr. presidente, os professores são a base para as próximas áreas profissionais. Deputado Jailson Lima, v.exa., que é médico e já foi prefeito, sabe que, se não fossem os professores, não estaria aqui, assim como eu e os demais parlamentares.

Os professores estão mobilizados e a partir de hoje, até o dia 17, as aulas serão de 30 minutos.

A pauta de reivindicação do Sinte/SC é a seguinte:

(Passa a ler.)

"1 - Incorporação do abono de R\$ 100,00, mantendo a estrutura da tabela salarial" - vejamos que R\$ 100,00 não são nada e não se consegue trazer as verduras necessárias do verdureiro;

"2 - Equiparação do nosso piso salarial com os demais servidores públicos;

3 - Vale-alimentação mensal e equiparado ao dos professores da UDESC, extensivo aos aposentados, serventes, vigias e merendeiras;

4 - Encaminhamento do projeto de lei para eleição direta para direção de escolas;

5 - Plano de Saúde para os ACTs;

6 - Regularização da situação dos serventes, vigias e merendeiras;

7 - Políticas públicas de combate à violência nas escolas, implementação da Lei n. 10.639" - muitos professores do período noturno estão passando sérias dificuldades, correndo até risco de vida, porque alunos vão armados para as escolas;

"8 - Liberação das licenças-prêmio para trato de interesses particulares e para estudos;

9 - Pagamento imediato dos precatórios do IPESC e do Estado;

10 - Extinção do processo de reenturmação no segundo semestre do ano letivo."[sic]

Os professores estão mobilizados para ir a Brasília, e vou voltar com esse tema nas próximas sessões porque existe uma marcha contra a terceira reforma da Previdência, na qual os professores terão muitas perdas. Portanto, voltarei a falar desse tema para passar as informações aos deputados, ao presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, e aos municípios onde a TVAL chega.

Quero dizer que no dia 15 de outubro, Dia do Professor, às 9h, esta deputada professora fará aqui na Casa uma sessão solene em homenagem à sua classe, aos professores, e para qual gostaríamos de convidar todos os professores da rede municipal, estadual e, por que não dizer, federal.

Muito obrigada, sr. presidente, pela oportunidade e um abraço a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0599/2007, de autoria do deputado Professor Grando; e 0600/2007 e 0601/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Consultamos os srs. líderes se podemos votar dois projetos que estão sobre a mesa e que tramitaram com a aprovação unânime nas comissões. Trata-se do Projeto de Resolução n. 0008/2007, que dá nova redação à Resolução n. 009, de 2006, que dispõe sobre honorarias instituídas pela Assembléia, e o Projeto de Lei n. 0440/2007, que dispõe sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0440/2007, de origem governamental, que dispõe sobre a destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM - e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovem permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0008/2007, de autoria da Mesa Diretora, que dá nova redação ao § 1º do art. 19-C da Resolução n. 009, de 2006, que dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovem permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages - Acil -, cumprimentado-o pela posse na Presidência da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria de deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Santa Terezinha, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Capão Alto, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor e ao coordenador do curso de Direito da Unisul - campus de Tubarão, cumprimentando-os pelo exemplar resultado obtido na pesquisa de avaliação nacional dos cursos de Direito, do Guia do Estudante da editora Abril.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Brusque, cumprimentando-o pelo lançamento oficial da 22ª Fenarreco.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-o pelo aniversário da instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Conselho Estadual do Idoso, cumprimentando-o pela passagem da data comemorativa do Dia Nacional do Idoso.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de Cunhataí, Cocal do Sul, Cerro Negro, Capão Alto e Braço do Trombudo, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Santa Terezinha, Sul Brasil, Monte Carlo, Passo de Torres, Nova Itaberaba, Mirim Doce, Cerro Negro, Braço do Trombudo, Timbé do Sul, São Bento do Sul e Romelândia, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck e outro(s), que requer a constituição do fórum permanente de acompanhamento da situação energética do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovem permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, a ser encaminhada ao ministro da Fazenda, ao secretário da Receita Federal do Brasil e ao superintendente da 9ª Região da Receita Federal, solicitando a implantação do Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX -, em São Cristóvão do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovem permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário de estado do Turismo, solicitando a prestação de contas do Projeto Resgate Kasperle Theater Moin-Moin.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos votar a redação final dos projetos votados anteriormente.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os líderes, assim vamos proceder.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje às 16h13min, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 030ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h13min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Irineópolis e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Walmor Nicoluzzi.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENATO HINNING (pela ordem) - Registra a presença do vereador Silvano Garcia, de Camboriú, e do presidente do PMDB, Francisco Duarte.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pede mais atenção do governo para com os bombeiros.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Concorde com o pronunciamento do deputado Silvío Dreveck e afirma que o Corpo de Bombeiros precisa de mais equipamentos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença de Maurício Soares.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Fala das ações da descentralização em Lages e no estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Cumprimenta o deputado Edson Piriquito pelo tema apresentado e por sua atuação em Lages.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quer esclarecimentos do governo sobre salários e barragens.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comunica sua atuação contra a implantação do pedágio em Santa Catarina; convida para audiência pública em Chapecó, para discutir o futuro da Udesc.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Elogia a posição da bancada do PT sobre o pedágio em Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira na questão referente à Udesc.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pede programa social de troca de lixo reciclável por energia elétrica.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Elogia o trabalho do deputado Professor Grandó; registra a presença do presidente do Sindicato dos Taxistas de Camboriú, Ismael Rosa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Defende a doação de órgãos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solicita explicações do governo referente ao não-aumento dos salários dos servidores públicos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Entrega documento referente à formação de frente parlamentar contra a instalação de pedágios nas rodovias catarinenses.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Comunica que não haverá Operação Veraneio sem a negociação salarial para os servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Critica medidas adotadas pelo governo federal.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Concorde com o pronunciamento do deputado José Natal referente a aumento de impostos.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pede apoio das autoridades para o reajuste na tabela do SUS.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Fala do descaso com que o governo federal trata a saúde no país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu gostaria de registrar presença do vereador de Irineópolis e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, José Walmor Nicoluzzi.

Seja bem-vindo a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O sindicato que está agora sob nova direção.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0008/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0440/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNING - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do vereador Silvano Garcia, de Camboriú, e do presidente do PMDB, Francisco Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estamos comemorando em Santa Catarina 81 anos do Corpo de Bombeiros Militar. É um dia muito especial para essa corporação, para essa instituição, mas ainda é mais importante para nós, catarinenses. Ao longo da história desses 81 anos, essa instituição tem prestado relevantes serviços a todos os catarinenses no aspecto da segurança, da proteção ao indivíduo, aos empreendimentos e às nossas comunidades tanto no que diz respeito à vida humana, quanto das atividades que são inerentes a esses bravos bombeiros, que colocam o seu trabalho acima de qualquer coisa, deputado Sargento Amauri Soares, acima da sua remuneração, do seu lazer, da sua família e dedicam-se a todos nós, nem sempre sendo reconhecidos como deveriam ser, tanto pela sociedade, como pelas instituições que os apoiam.

Deputado Sargento Amauri Soares, ainda quero registrar que ontem, no município de Campo Alegre, com a presença do major Póvoas, de Blumenau que v.exa. conhece, houve, além da implantação ocorrida há poucos dias, a entrega do certificado de formatura da Associação de Bombeiros Comunitários daquela cidade. Foram 18 pessoas que receberam treinamento durante um longo período e que agora estão à disposição daquela bela cidade de Campo Alegre, que tanto precisa deste serviço. Houve a participação do Corpo de Bombeiros de São Bento do Sul e de Rio Negrinho, que dão o suporte juntamente com estes voluntários que lá instituíram a associação.

O que nós sentimos, deputado Sargento Amauri Soares, é que se não fosse a sociedade e os fundos criados pelo município, lamentavelmente não se poderia adquirir sequer um veículo, um caminhão ou um equipamento, principalmente nos municípios do interior de Santa Catarina, pois o que faz a diferença são os fundos instituídos para arrecadar um pouco de dinheiro para adquirir esses equipamentos. E nessa brava luta, devemos reconhecer - e quero aqui deixar a nossa homenagem em nome deste Parlamento - que esta Casa colaborou com este feito.

Quero pedir ao governo, como um todo, que dê mais apoio financeiro a esses bravos guerreiros bombeiros militares e comunitários, que atendem a todos os catarinenses.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares -Sr. deputado, quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, pelo apoio que tem dado ao Corpo de Bombeiros, por esta afirmação cheia de assertividades, no sentido de que nós precisamos de mais recursos públicos do estado para fortalecer essa instituição.

Hoje, pela manhã, nós tivemos a honra de representar este Poder Legislativo na cerimônia de homenagem aos 81 anos do Corpo de Bombeiros, no Centro de Ensino do Bombeiro Militar, aqui nesta capital, onde estiveram presentes também o secretário da Segurança Pública, além dos oficiais do alto comando do Corpo de Bombeiros, o secretário de Justiça e Cidadania e o diretor da Defesa Civil. Nesse ato foram entregues duas viaturas da Defesa Civil para o Corpo de Bombeiros e uma série de outros equipamentos. Evidentemente, temos que ressaltar esse evento e sua importância, mas precisamos de muito mais, com certeza. Precisamos de mais equipamentos e de mais efetivos.

Nós temos um bombeiro que depois que foi emancipado está atendendo 87 cidades do estado de Santa Catarina. E neste momento, muitas delas estão somente com um bombeiro militar em serviço. Então, o estado precisa dar mais aporte para a Segurança Pública em geral e para o Corpo de Bombeiros especificamente.

Parabéns pelo seu pronunciamento! É muito bom saber que estamos juntos nesta luta, nesta batalha.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado, por sua contribuição ao meu pronunciamento.

E realmente v.exa. reafirmou o que nós já vivemos como prefeito de São Bento do Sul, e agora não é diferente. Os municípios que estão mais distantes da capital não são grandes, mas merecem de fato um apoio e um compromisso maior tanto no aspecto financeiro, quanto uma valorização também do próprio colaborador. E, além disso, precisamos de mais efetivos, porque ontem mesmo nós detectamos, deputado, que essa é uma grande dificuldade existente, pois muitas vezes se constitui um Corpo de Bombeiros no município, mas não há o efetivo. E podemos economizar muito em recursos, uma vez que o Corpo de Bombeiros faz um atendimento, muitas vezes, preventivo, evitando acidentes e que pessoas tenham que ser internadas ou até passem por outros procedimentos hospitalares.

Então, queremos deixar aqui a nossa manifestação de apoio e, ao mesmo tempo, pedir ao governo do estado que faça uma reflexão sobre este aspecto da segurança, para dar um suporte maior, para valorizar mais esta classe. E não podemos esquecer que se de fato existir a descentralização - mas pelo que disse o nosso ex-ministro Dejandir Dalpasquale, é mais um cabide -, há necessidade de se fazer reivindicações aqui na Assembléia Legislativa e de se fazer manifestações de prefeitos e de escolas.

Então, se essas Regionais existem para detectar, para diagnosticar os problemas, é importante que se perceba que o nosso Corpo de Bombeiros está precisando de um apoio maior do governo do estado tanto em equipamentos, em caminhões, como em estrutura necessária para um bom serviço público e também um maior suporte financeiro, porque certamente terá o apoio do município, independentemente partido, de cor partidária, de prefeito ou de vereador.

Ontem, como eu disse, lá em Campo Alegre tivemos a participação e a contribuição do prefeito da cidade, que é do partido do governador. Mas também tivemos lá, deputado Nilson Gonçalves, a participação de vereadores do Democratas, do PSDB e do Partido Progressista.

É exatamente neste sentido que fazemos esta manifestação para construir mais por Santa Catarina e dar mais segurança e assistência à nossa população.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de registrar aqui a presença de um joinvilense 100% aventureiro, o Maurício Soares, que é conhecido como Mauricinho Aventureiro. Ele é Mauricinho e 100% aventureiro, lá em Joinville, sr. presidente. Ele era suplente de vereador do PSDB, hoje é do PSL, mas é nosso companheiro, nosso amigo, amigo da Casa Amarela lá em Joinville e temos a honra de recebê-lo nesta Casa, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência acata o registro.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, acompanhei há pouco a fala do deputado Silvío Dreveck em relação aos bombeiros e também sobre a descentralização.

Srs. deputados, eu faria outro pronunciamento, mas quero falar um pouquinho sobre a descentralização e acho que já devo ter falado umas dez ou 15 vezes sobre esse assunto aqui no plenário. Sobre os bombeiros, temos também a mesma preocupação, deputado Silvío Dreveck, pelo número grande de aposentadorias que estão para sair, podem faltar bombeiros militares, que estão sendo cobertos pelos bombeiros comunitários.

Já levamos essa preocupação ao governador Luiz Henrique da Silveira e, se for necessário, haverá um meio de contratação, deputados Silvío Dreveck e José Natal, dos comunitários em caráter temporário, para prestar serviços àqueles que têm tempo para ajudar na questão dos bombeiros, visto que também na nossa região O Corpo de Bombeiro está-se expandindo. Nos próximos dias, Anita Garibaldi, lá na serra catarinense, terá também o seu Corpo de Bombeiros.

Sobre a descentralização, quero dizer que viver a descentralização é diferente, às vezes, do que ver a descentralização. Talvez as pessoas julguem a descentralização colocada pelo governador Luiz Henrique da Silveira, implantada por toda Santa Catarina, pelo montante de dinheiro, de recursos gastos, mas esquecem das ações criadas pelo modelo implantado pelo governador.

Srs. deputados, quando assumimos a secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages, nossa primeira ação foi saber o que acontecia com o município de Cerro Negro, que hoje completa 16 anos. E aproveito o momento para cumprimentar também o povo daquele município. Fomos fazer um levantamento com a nossa equipe da secretaria para saber a razão pela qual o município tinha o menor Índice de Desenvolvimento Humano, o menor Índice de Desenvolvimento Social, o maior índice de evasão escolar e o maior índice de analfabetismo do estado de Santa Catarina. E descobrimos que isso estava acontecendo porque o povo não sabia o que era governo. Descobrimos e revertemos muito aqueles índices, porque o governo estava próximo.

Na época, os deputados José Natal e Professor Grando estiveram presentes à primeira atividade que fizemos, quando criamos uma ação totalmente isolada com toda a equipe da secretaria e do governo do estado para o município de Cerro Negro. Inventamos e chamamos essa ação que faríamos em Cerro Negro de força-tarefa.

Qual era a idéia da descentralização em Cerro Negro? Era mostrar para o povo de Cerro Negro que o mais importante para nós era ele, o povo. O importante era o povo e que todos os órgãos de governo, entidades, universidades e ONGs estariam lá em Cerro Negro numa união de esforços para fazer uma grande ação em prol da cidadania.

Tivemos lá a primeira força-tarefa do estado de Santa Catarina. Inclusive, o governador estava viajando e o vice-governador do estado esteve presente naquela primeira força-tarefa.

Para se ter uma idéia, descobrimos que em Cerro Negro 67 pessoas com mais de 16 anos não tinham sequer certidão de nascimento; 502 pessoas com mais de 14 anos não tinham a sua carteira de identidade.

Diante daquela realidade, fizemos uma grande ação, uma ação fantástica, que teve continuidade por quatro, cinco meses. Até cirurgias arroladas como necessárias foram feitas na cidade de Lages para as pessoas mais pobres, inclusive cirurgias de catarata. Foi uma grande ação que chamou a atenção da nossa região e dali em diante nós continuamos com a tal força-tarefa.

Durante o período em que fui secretário, nove forças-tarefas foram realizadas nos municípios do interior. E a cada força-tarefa, deputado Nilson Gonçalves, nós aprendíamos um pouco mais e melhorávamos as ações que prestávamos.

Foi um sucesso tão grande que o governador adotou como programa de governo para todo o estado de Santa Catarina e aconteceu até hoje. Mas começou lá em Cerro Negro.

E no último final de semana, já com o nosso novo secretário de Desenvolvimento Regional, Osvaldo Uncini, e por ele coordenada, fizemos a primeira força tarefa, o que era um desafio, na cidade de Lages.

Muita chuva, chuva que Deus mandava, sem parar, mas o povo não deixou de comparecer à força-tarefa. Mais de 18 mil pessoas participaram da força-tarefa no bairro Guarujá, que aconteceu na sexta-feira e no sábado, lá na cidade de Lages.

As rádios de Lages chamaram a atenção para a força-tarefa e todas transmitiram ao vivo durante os dois dias um programa que nasceu com a descentralização. Aqui é bom frisar que se não fosse a descentralização não existiriam, hoje, as forças-tarefas no estado de Santa Catarina.

E nós, que estávamos lá, constatamos pelo levantamento feito após a força-tarefa, que mais de 59 mil atendimentos foram realizados na cidade de Lages. Para se ter uma idéia, 518 pessoas com mais de 16 anos fizeram a sua identidade pela primeira vez; foram feitos 474 CPFs. Os atendimentos na área da saúde, que são elencados e depois são tratados, somaram 4.500 pessoas.

Sr. presidente e srs. deputados, o que chamou a atenção foi o número de certidões de nascimento feitas na cidade de Lages: 60 certidões de nascimento de pessoas que moram na cidade de Lages e que nem eram cidadãos porque não estavam registrados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. Deputado Elizeu Matos - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Elizeu Matos, eu gostaria de cumprimentá-lo e saudá-lo pelo tema da descentralização que v.exa. apresentou.

Parabenizá-lo pelo trabalho que está desenvolvendo na Assembléia Legislativa, representando Lages e a sua região, e dizer aos catarinenses que realmente essa força-tarefa mostra o governador Luiz Henrique da Silveira dando atendimento às pessoas mais humildes, às que mais necessitam, às pessoas mais esquecidas. Isso mostra a preocupação do governador Luiz Henrique da Silveira com o ser humano, fazendo com que a valorização das pessoas se torne mais presente.

Parabéns pelas ações da descentralização em seu município, Lages, e pela sua atuação, nobre deputado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATOS - Agradeço o aparte do deputado Antônio Aguiar.

Essa ação não é visível porque há pessoas que pensam que administrar e descentralizar é simplesmente assentar tijolo, argamassa, pedra. Descentralizar, fazer por todo o estado de Santa Catarina é muito mais, é ver o pobre, o cidadão do interior que está esquecido, aquele cidadão que sequer pensa um dia em encontrar o governador do estado. Isso é descentralização! É estar no interior, é visitar o interior, ver o interior. Descentralização não é o que aqueles que não conhecem tentam pregar a todo o momento desta tribuna e deste Parlamento.

E para encerrar, agradeço a todas as entidades que foram parceiras nessa força-tarefa, como a prefeitura de Lages.

Quero mostrar aqui o sr. Antônio Pereira, que tem 84 anos, morador do bairro Guarujá, que foi fazer a carteira de identidade pela primeira vez.

(Procede-se à exibição de fotografia.)

Com a imagem do sr. Antônio Pereira, acho que não preciso falar mais nada. Essa é a descentralização do governo Luiz Henrique da Silveira!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, queria registrar aqui, e já foi comentado desta tribuna por vários deputados, pela deputada Odete de Jesus e pelo deputado Sargento Amauri Soares, sobre a mobilização de várias categorias na capital, como os agricultores, os trabalhadores rurais sem terra, os policiais militares coordenados pela Aprasc e também os professores e os trabalhadores da área da saúde.

Já destacava ontem a importante luta dessas categorias que, com certeza, precisam estar bem, animadas com seu salário, que é o resultado do seu trabalho e do seu esforço. Diga-se de passagem, que Santa Catarina é merecedora de destaque em função de um conjunto de trabalhadores das mais diversas áreas, como da segurança pública e da saúde, em razão das dificuldades que passam.

Infelizmente, as declarações da secretaria da Fazenda são de que não vai haver reajuste salarial e nem cumprimento de acordos anteriores feitos com os policiais militares. Isso é lamentável porque os trabalhadores do serviço público estadual são os que atendem a população lá na ponta, às vezes justamente a população mais pobre, aquela com mais dificuldade, que não tem plano de saúde, a população que é indefesa quanto à questão da violência.

O ensino público perdeu vários professores para as escolas particulares porque lá, onde as pessoas podem pagar uma escola particular, os professores recebem melhor. Isso é lamentável! Além disso, há dificuldades, inclusive, de as pessoas ficarem mobilizadas porque precisam trabalhar, precisam bater ponto, cumprir suas funções no seu local de trabalho. Então, as pessoas que vieram de longe com a expectativa de ter o seu problema resolvido, não tiveram essa resposta e mais uma vez foram para casa de mãos vazias, infelizmente.

Lamentamos que talvez a sociedade catarinense pague esta conta mais uma vez, em função da perda de funcionários que vão para outros espaços insatisfeitos que estão por não estarem prestando o serviço como deveria ser prestado, por não serem valorizados como deveriam.

Então, nós queremos estar com certeza juntos com esses trabalhadores na luta. Não gostaríamos de trazer novamente aqui uma informação que nos preocupa bastante, que é a questão financeira do estado de Santa Catarina que, em nossa avaliação, precisa ser melhor explicada em função das declarações de que não há recursos para melhorar os salários dos nossos trabalhadores.

Quero discutir isso melhor, deputado Pedro Uczai, inclusive estou fazendo vários pedidos de informação porque precisamos ter mais esclarecimentos sobre essa situação e se a arrecadação do estado está aumentando.

Outra questão que a população do estado, principalmente os agricultores familiares do oeste catarinense, mais precisamente dos municípios de Nova Erechim, Coronel Freitas, Nova Itaberaba, Marema e outros, estão trazendo é a preocupação com a construção de barragens. Temos o entendimento de que um dos fatores que limitam o crescimento do nosso país é a questão energética. Temos clareza disso e há um grande esforço do governo federal em investir nisso e o PAC da infra-estrutura trata disso muito bem.

Hoje, depois das 17h, vamos participar de uma reunião na Eletrosul, pois precisamos de mais informações sobre essa questão. Queremos saber de fato quais são os projetos, quantas famílias vão ser desapropriadas e o que vai ser feito com essa gente, com esses trabalhadores, com esses agricultores.

Se por um lado há uma necessidade de produção de energia elétrica com a construção de barragens, por outro lado nós temos milhares de famílias que estão lá, têm a sua terra, compraram a terra, construíram a sua história e precisam ser respeitadas.

Infelizmente, nós temos empresas que causam problemas, como é o caso da Foz de Chapecó. Os agricultores atingidos têm que fazer muitas mobilizações, muitas lutas, muitos acampamentos para ter seus direitos respeitados e receber a indenização justa. E agora vem a polêmica dos pescadores, que nunca foram considerados. Está-se discutindo a respeito dessa categoria tão importante em nosso estado.

Então, o que nós queremos é discutir se necessariamente precisam ser construídas essas barragens. Nós queremos saber se de fato há um compromisso das empresas que vão tirar altos lucros, que vão receber muito por investimentos que fizeram, se de fato vão garantir os direitos dos nossos agricultores. Isso é o mínimo que nós queremos dessas empresas.

Não é possível chegar, desapropriar as áreas dos agricultores e continuar fazendo o que durante muitos anos se fez neste país: desapropriar as terras e muitos agricultores não receberam a justa indenização pelas propriedades pelas quais compraram, pagaram, nas quais trabalharam e fizeram a vida.

Com certeza será um debate que virá muito forte para esta Casa. Nós não vamos abrir mão disto, de que se alguém precisa sair da sua propriedade, se alguém precisa abandonar a sua terra, que, no mínimo, receba o respeito necessário. Não é possível que não seja assim! Então, esse é o debate que vamos também trazer para esta Casa.

Há uma perspectiva, segundo informações, de que o nosso estado vá ter mais de 120 barragens, sejam elas pequenas ou grandes: cinco ou seis já programadas para o rio Chapecó, no oeste do estado; mais algumas para o rio Uruguai, para o rio Canoas e outros rios que nos preocupam bastante.

Então, gostaríamos de convocar os parlamentares para entrarem nessa luta na defesa dos nossos agricultores, que, por sinal, já estiveram em outras lutas, por exemplo, na questão das áreas indígenas, das áreas quilombolas, que também envolveram agricultores numa defesa importante.

Então, neste momento, precisamos fazer a mesma defesa da nossa agricultura familiar, dos que residem nessas regiões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo esta tribuna para falar sobre alguns assuntos que estão presentes na conjuntura deste Parlamento e também nas ações do nosso mandato.

Como presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, estou dando publicidade que há pouco demos uma entrevista coletiva para a imprensa, juntamente com os deputados estaduais do nosso partido e com a secretária de informação, sra. Vera Castelan, anunciando a criação da Escola de Formação Política do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina.

Neste final de semana, realizaremos o Seminário Estadual de Formação Política e nessa oportunidade estaremos lançando a Escola de Formação, que era um sonho que eu tinha de realizar com os 38.000 filiados, gestores e dirigentes do nosso partido, no sentido de dar-lhes a oportunidade de reflexão e de sistematização das experiências construídas e de interiorização do que já construímos na nossa história e ao mesmo tempo projetar um futuro cada vez mais fortalecido para o nosso partido.

Teremos oportunidade também de lançar um livro na área de formação política, de vários autores e de várias entidades, que eu tenho a liberdade aqui de anunciar.

Em segundo lugar, quero discutir aqui sobre a questão do pedágio e, inclusive, outros parlamentares já se manifestaram a respeito. Participei ontem da audiência, participei hoje da reunião na comissão dos Transportes e quero participar da frente parlamentar para mobilizar a sociedade catarinense no sentido de inviabilizar a institucionalização do pedágio em Santa Catarina.

Está marcada para quarta-feira uma mobilização na BR-101, no município do nosso nobre deputado José Natal, Palhoça, a fim de paralisar o transporte por uma hora, para mostrar para Santa Catarina e para o Brasil que este Parlamento, que as entidades da sociedade civil organizada não concordam com a instalação de pedágio na BR-101 e na BR-116.

Nossa bancada e nosso partido, assim como os parlamentares de outras bancadas, querem somar-se a essa grande mobilização de Santa Catarina para inviabilizar a instalação de pedágio nas nossas rodovias, pois a Cide é o instrumental financeiro legal, instituído para modernizar as rodovias do país.

Chega de privatização! Chega de desmontes dos espaços e dos patrimônios públicos deste país!

Por isso não podemos concordar com a instalação de pedágios, com a privatização das nossas estradas, principalmente das estradas que já estão duplicadas, como a BR-101 norte, cuja duplicação está pronta e onde estão sendo feitas melhorias, como a construção de túneis e passarelas. E agora, depois de modernizar, é um absurdo ser privatizada.

Somos contra! Estamos juntos nesta mobilização e queremos paralisar carros, caminhões, ônibus durante uma hora na semana que vem, para mostrar ao país e ao nosso estado que somos contra o pedágio, contrapondo-nos a um discípulo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, nosso deputado Nilson Gonçalves, que tem outra posição política em relação ao pedágio aqui no estado, ou pelo menos isentar os donos de automóveis onde houver praça de pedágio.

Não queremos pedágio para que não só a população de Garuva seja isenta, mas toda a população de Santa Catarina e todos os que passarem por este estado, o estado livre de febre aftosa sem vacinação e livre de pedágio. Serão as duas grandes marcas deste estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Pedro Uczai, é elogiável a posição da bancada do PT, partido do presidente Lula, sobre o pedágio no estado de Santa Catarina.

Tenho certeza de que este Parlamento, a bancada do PMDB também é contrária, tanto que o processo ainda é um pouco obscuro. É difícil entender e ninguém tem as informações que deveria ter.

Tenho certeza de que o presidente Lula, um presidente democrático, vai ouvir as lideranças estaduais e fará as coisas em comum acordo com este Parlamento, com o governo de Santa Catarina.

Tenho certeza, pelo que conhecemos do presidente Lula, de que essa loucura do pedágio, sem ninguém saber de que maneira vai acontecer, com a posição do PT e de toda a Assembléia Legislativa contra, não vai acontecer, creio eu, no estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos!

Vou falar sobre outros temas.

Ontem participamos da assembléia do Sinte, dos professores, que decidiram pelo estado de greve em Santa Catarina, como tantos outros servidores.

Deputado Sargento Amauri Soares, acho que precisam unir-se todas as categorias, todos os sindicatos de servidores e construir o estado de greve, porque esse discurso de que o estado não tem dinheiro para pagar a folha de pagamento e por outro lado amplia a estrutura das secretarias de Desenvolvimento Regional, amplia a isenção fiscal, não convence. Não é possível imaginar política pública que não eleja a

educação, a saúde e a segurança pública como prioridades. Até os neoliberais discutiam que tinha que ser segurança, saúde, educação as prioridades. Não temos essas prioridades no estado e por isso somos solidários aos professores, aos servidores públicos para construir política pública decente para a população catarinense.

Hoje pela manhã houve uma audiência pública sobre defensoria pública. Queremos parabenizar a comissão de Finanças que organizou essa audiência para defender a defensoria pública para a população mais pobre, porque assistência jurídica e acesso à justiça são direitos, e o estado tem que garantir o direito à assistência judiciária, o direito ao acesso à justiça à população pobre de Santa Catarina.

Quero fazer alguns convites. Nesta sexta-feira, em Chapecó, através da comissão de Educação desta Casa, será realizada audiência pública para discutir o futuro da Udesc no estado. Qual o futuro da Udesc? Os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul têm várias universidades estaduais. Nós estamos com dificuldades de discutir a expansão e o futuro da Udesc em Santa Catarina.

Em Chapecó há o curso de Zootecnia; em Pinhalzinho, há o curso de Engenharia de Alimentos; em Palmitos, Enfermagem. Há necessidade de laboratórios, bibliotecas, novos cursos, nova estrutura para funcionar o *campus* do oeste e, quem sabe, num futuro não muito distante, possamos fazer do *campus* da Udesc no oeste uma nova universidade estadual autônoma, soberana e independente.

O governo do estado tem que definir a posição política do que quer, se é ou não prioridade universidade pública e gratuita.

Na segunda-feira, em Chapecó também, através da Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvío Dreveck, vamos discutir biodigestores, suinocultura e meio ambiente.

Quero apresentar um projeto a esta Casa - e vou socializá-lo na segunda-feira - visando transformar os dejetos de suínos não só em biogás, mas instalando biodigestores nas propriedades e transformá-lo em energia elétrica. Os mais de cinco milhões de suínos, número quase igual à população de Santa Catarina, tem produzido problema ambiental. Mas acredito que a solução seja transformar a alternativa ambiental e econômica gerando energia elétrica e transferindo para o sistema, para as concessionárias comprarem energia elétrica produzida e industrializada pelos dejetos de suínos aqui no estado.

As 9h, no Lang Palace Hotel, essa audiência pública sobre biodigestores e geração de energia elétrica dessa biomassa...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pela questão levantada aqui há poucos minutos pelo deputado Pedro Uczai, quero dizer que o governador Luiz Henrique tem olhado muito pela nossa Udesc. Em Lages nós temos algumas conquistas.

Só gostaria de frisar que em Lages a Udesc acabou de aprovar o novo curso de Engenharia Ambiental. A partir do ano que vem esse curso já estará disponível, dobrando, neste governo, o número de cursos da Udesc na serra catarinense. Agora temos os cursos de Agronomia, Veterinária, Engenharia Florestal e, a partir do ano que vem, teremos Engenharia Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós estamos aqui fazendo uma indicação que:

(Passa a ler.)

"[...]"

Solicita ao ilustríssimo Senhor Presidente da CELESC providências, visando à implantação de Programa de Desenvolvimento Social de troca de lixo reciclável por energia elétrica.

[...]

- a CELESC, empresa catarinense fornecedora de energia elétrica, pode e deve prever a implementação de programas visando contribuir com as mudanças sociais e ambientais;

- a prática da coleta seletiva de lixo associada ao benefício do desconto em conta de energia elétrica, direto ao cliente da companhia, já implantada em outros Estados da Federação, pode garantir efetiva melhoria da qualidade de vida, incentivo às atividades produtivas e promover mudanças culturais através da prática da reciclagem sustentável;

- em muitas comunidades de baixa renda, o lixo reciclável é exposto inadequadamente ao meio ambiente e à população residente, via de regra não possui condições financeiras para comprar este serviço;

- essas pessoas poderiam receber por parte da CELESC incentivos ao pagamento do consumo de energia elétrica utilizando o lixo reciclável e resíduos sólidos com preço de mercado; e

- existe tecnologia operacional no mercado brasileiro visando à implantação de programa desta natureza[...]"[sic]

Por isso, requeiro à Celesc o encaminhamento dessa indicação que visa à implantação de Programa de Desenvolvimento Social de Troca de Lixo Reciclável por energia elétrica.

Pois bem, senhores, esse simples projeto já se está aplicando na prática em alguns estados e Santa Catarina pode também ser um desses, pois sempre foi vanguarda de novas idéias. Então, a população mais carente muitas vezes é quem sofre as consequências por não ter recursos para pagar a sua conta de energia elétrica, pagar por seus quilowatts/hora.

Ora, isso faz com que essas pessoas possam ter uma alternativa diferente do que simplesmente um recurso financeiro. Elas podem envolver a sua família, outras pessoas, a sua comunidade e recolher o lixo que pode ser reciclável. Com isso não haverá o corte de energia, que elas tanto precisam. É também uma forma de a própria companhia gastar menos, porque mandar as pessoas lá no morro, lá naquela comunidade carente cortar a luz também gera despesas.

Então, é possível ocorrer uma ajuda. Basta organizar, através da empresa que tem funcionários, juntamente com o município e até com o estado, essa coleta, já que todo o lixo sofre um destino. Hoje estamos levando o lixo reciclado, no caso plástico, papel e vidro, até para Curitiba. Por que não aproveitamos essa parte que economicamente é viável? A empresa poderá ter lucro. Ela tem uma função social e ambiental até, pela produção de energia elétrica, e também devido ao impacto que provoca através, no caso, da energia comprada da Tractebel, gerada através do carvão ou de represas que produzem a energia elétrica. Então, é uma forma de unir o útil ao agradável, basta ter vontade.

Eu queria aproveitar o meu tempo, porque logo em seguida vai falar o deputado Peninha, assim carinhosamente o chamamos.

Gostaria de prestar contas, porque fui representar a Assembléia Legislativa no encontro estadual que está ocorrendo e que começou nesta segunda-feira para erradicação do trabalho infantil. Assustaram-me os dados. Os dados são assustadores!

Sabem quantas crianças e adolescentes nós temos no trabalho infantil, que deveriam estar estudando, tendo direito ao lazer, à formação cultural? Temos, no estado de Santa Catarina, 70 mil jovens, adolescentes, crianças de todas as idades, de cinco, seis, 14, 17 anos trabalhando de forma sofrida. São 70 mil jovens, 51 mil na zona rural e 19 mil na zona urbana.

Pasmem, senhores! Aumentou o número de crianças e jovens no trabalho infantil! Aumentou 14,6% no estado de Santa Catarina. Esse é o reconhecimento das entidades civis, organizações não-governamentais e entidades estaduais. Através das secretarias, de assistentes sociais, constatou-se que em Santa Catarina aumentou o trabalho infantil. Portanto, já é um primeiro passo dizer que houve certo fracasso dessa política, dos Petis, enfim, da prática que se fez em cada município do nosso estado, mas é um primeiro passo para corrigir essa rota e melhorar. É interessante isso, porque trabalharam com dados científicos e puderam constatar essa realidade.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Professor Grando, eu só queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Aliás eu já conhecia v.exa. como prefeito de Florianópolis, mas não o conheci quando foi deputado nesta Casa. V.Exa. está-se destacando pelo seu trabalho em todos os sentidos. É um profundo conhecedor de muitos assuntos, como professor que é. Portanto, Santa Catarina tem ganhado muito com a sua presença neste Parlamento.

Este assunto, por exemplo, do trabalho infantil, é uma preocupação que todos nós temos que ter. Precisamos fazer com que a criança estude, que vá para a sala de aula, e não que seja induzida pelos pais, ou não sei de que forma, muitas vezes querendo uma mão-de-obra mais barata, as pessoas induzem as crianças a trabalhar em vez de estudar.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento e se me permite também, deputado Professor Grando, quero fazer uma referência à presença nesta Casa do sr. Ismael Rosa, que é presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos, dos taxistas, de Camboriú. Eu tenho um carinho muito especial por essa classe, pois o meu pai foi taxista e morreu, inclusive, num acidente de táxi. Essa é uma classe que sofre, que tem dificuldades, e devemos, em todas as circunstâncias, dar-lhe apoio porque trabalha com muitas dificuldades.

Por isso agradeço pelo aparte e meus parabéns, deputado Professor Grando, pela sua atuação neste Parlamento. Realmente o senhor tem engrandecido esta Casa com o seu trabalho.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Deputado Rogério Mendonça, o trabalho infantil tem que ser erradicado. São 70 mil jovens, e esse número já nos faz questionar o futuro do nosso estado. Essa juventude, na sua maioria, além de estar fora das escolas, sofre muitos acidentes. Alguns, inclusive, que causam lesão para toda a vida. Vivem em perigo nos trabalhos que desenvolvem e a consequência disso são os gastos sociais. Portanto, esse é um apelo que nós queremos fazer a todos os srs. prefeitos, a todas as organizações não-governamentais, às Igrejas e a todas as pessoas que possam ajudar nesse trabalho.

Não estamos aqui colocando os meninos de rua que existem em todas as cidades com problemas sociais, porque se existe o menor abandonado, é porque o pai também está abandonado. Estamos colocando aqui a realidade da exploração do trabalho de crianças. A necessidade da erradicação do trabalho infantil.

Por isso o nosso posicionamento nesta Casa, e sei que é o posicionamento de todos os srs. deputados, mas temos que fazer uma política, porque acendeu a luz amarela. Aumentou a utilização de crianças e jovens no trabalho infantil em Santa Catarina, que é um estado modelo, é o estado com a melhor qualidade de vida, por isso a nossa preocupação com o futuro do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, sras. Deputadas, nós gostaríamos de falar sobre a doação de órgãos.

(Passa a ler.)

"SC Transplantes promove nesta quinta-feira a campanha 'Preserve a vida, seja um doador de órgãos'.

Santa Catarina é líder em doação de órgãos no Brasil. Nos seis primeiros meses de 2007, foram 14,7 doadores por mil habitantes, quase três vezes a média nacional. Mesmo com o estado sendo referência para todo o país, a secretaria de estado da Saúde, através da SC Transplantes, está engajada no Dia Nacional de Doação de Órgãos e promove, na próxima quinta-feira, 27 de setembro, a campanha 'Preserve a vida, seja um doador de órgãos'.

Das 9h às 17h, funcionários da SC Transplantes e da Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina estarão no terminal urbano do centro da capital para distribuir panfletos e outros materiais informativos. Também farão a verificação da pressão arterial e testes de glicemia na população.

De acordo com o SC Transplantes, existem três tipos de doadores: o vivo, que pode doar um rim, um pulmão ou parte de um desses órgãos; o falecido, com coração parado, do qual é possível retirar os tecidos; e o falecido, com morte encefálica, considerado o de maior potencial de benefício, já que é um doador que pode auxiliar no tratamento de até 80 pessoas.

Em Santa Catarina é possível realizar transplante de córnea, coração, válvula cardíaca, pâncreas, rim, fígado, osso, esclera ocular e medula óssea. Os demais órgãos são enviados para hospitais de outros estados. Só no primeiro semestre de 2007, por exemplo, 40% dos corações transplantados no Paraná foram distribuídos por Santa Catarina.

Entre os fatores que fizeram o número de doadores em Santa Catarina subir de 11,8 para 14,7 por mil habitantes, em dois anos, está o espírito de solidariedade dos catarinenses, além da estruturação dos hospitais e o treinamento dos profissionais de saúde em todas as regiões do estado.

Ao contrário de Santa Catarina, o Brasil vem registrando uma queda no número de doações de órgãos. De acordo com a Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO), o maior motivo para a baixa da quantidade de procedimentos é a falta de doadores, já que o país conta com um número suficiente de hospitais e de equipes. Segundo a ABTO, apenas 25% das pessoas que aguardam por um órgão conseguem realizar os transplantes no Brasil."

Gostaria de citar aqui as instituições que estão aptas a realizar transplantes em Santa Catarina:

➤ Coração: Hospital Santa Isabel, Blumenau; Hospital de Caridade, Florianópolis, e Instituto de Cardiologia de Santa Catarina, São José.

➤ Fígado: Hospital Santa Isabel, Blumenau.

➤ Pâncreas/Rim: Hospital Santa Isabel, Blumenau e Hospital São José, Joinville.

➤ Rim: Hospital Santa Isabel, Blumenau; Hospital Lenoir Vargas Ferreira, Chapecó; Hospital de Caridade, Florianópolis; Hospital Dona Helena, Joinville; Hospital São José, Joinville, e Hospital Hans Dieter Schmidt, Joinville.

➤ Córnea: Clínica Roberto Von Hertwig, Blumenau; Clínica Médica de Olhos, Blumenau; Hospital Santa Isabel, Blumenau; S & F Botelho Clínica de Olhos, Blumenau; Hospital Leonir Vargas Ferreira, Chapecó; Hospital São José, Criciúma; Casa de Saúde São Sebastião, Florianópolis; Centro Integrado de Oftalmologia, Florianópolis; Centro Oftalmológico de Diagnóstico Terapêutico, Florianópolis; Hospital Celso Ramos, Florianópolis; Hospital Universitário Santa Terezinha, Joaçaba; Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, Joinville; Hospital São José, Joinville; Hospital Hans Dieter Schmidt, Joinville, e Hospital Homero de Miranda Gomes, São José.

➤ Medula Óssea: Cepon, Florianópolis.

➤ Ossos: Hospital Celso Ramos, Florianópolis.

➤ Esclera Ocular: Centro Integrado de Oftalmologia, Florianópolis; Hospital Celso Ramos, Florianópolis; Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem, Joinville, e Hospital Homero de Miranda Gomes, São José.

A fonte dessas informações é a secretaria de estado da Saúde.

É verdade que o transplante de órgãos no nosso estado está avançado, e por isso parabenizamos os catarinenses, que estão na frente da média nacional em transplantes de órgãos. E v.exas. sabem por quê? Por dois motivos. Primeiro, porque o catarinense é um povo solidário, e essa solidariedade faz-se presente em várias outras ações. A solidariedade do povo catarinense está na sua família, na sua educação, nos seus mais importantes valores, como caráter, dignidade e honestidade.

Enfim, Santa Catarina tem um povo cuja índole, cujo trabalho e cujo empreendedorismo fazem com que as pequenas e as microempresas se destaquem em nível de produção e exportação, enfim, em arrecadação de renda para o nosso estado. Daí a importância de o estado trazer para cá mais um empreendimento da nossa grande Aurora, de Chapecó. E o nome já diz, pois a aurora é a hora mais gostosa do dia.

E posso dizer aos catarinenses que estamos numa angústia esperando que a decisão seja para Santa Catarina, que a Aurora realmente se instale no planalto norte, mais precisamente nos municípios de Canoinhas e região: Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União, Monte Castelo, Papanduva, Mafra, levando o desenvolvimento e o crescimento que há muito o planalto norte espera.

A nossa região é de um povo sofrido, pois ficou marcada pela Guerra do Contestado, a maior guerra do Brasil, que só não foi divulgada porque nós, catarinenses, na época, não tínhamos um Euclides da Cunha, que, no nordeste, divulgou tão bem a Guerra dos Canudos.

Nós temos em nosso bojo a índole do catarinense, que é a de um povo trabalhador. E por isso fazemos um pedido especial à Aurora para que se instale no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos, o imbuense do Alto Vale do Itajaí.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, por dever de ofício e porque, além de imbuense, sou praça da Polícia Militar, servidor público, portanto, e estou neste momento na condição de deputado para voltar logo em seguida a ser um servidor público da reserva remunerada, quero voltar ao acontecimento político da tarde de ontem, que foi a constituição, como elemento simbólico muito importante, da unidade dos trabalhadores da Segurança Pública, especificamente dos praças da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros, com os servidores da Educação e da Saúde.

Gostaria de entrar em algumas questões e fazer algumas perguntas ao governo, mais especificamente ao comitê gestor ou ao secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, que foi quem, no dia de ontem, respondeu pelo governo através da imprensa, infelizmente.

Com todo respeito à amizade com o secretário Gavazzoni, ele nos respondeu pela imprensa. E tenho certeza de que os presidentes da Aprasc, do Sinte e do Sinte Saúde fariam questão de ouvir do próprio secretário, de corpo presente, as explicações que ele deu através da imprensa e que pretendemos debater aqui.

Eu quero começar, de forma um pouco heterodoxa, esse questionamento, porque encontrei, curiosamente, no jornal *A Notícia*, na página 22 deste dia 26 de setembro, uma matéria que me chamou a atenção e que passo a ler para que todos os senhores tomem conhecimento.

(Passa a ler.)

"Prodec anima Havan

O presidente da rede Havan, Luciano Hang, está empolgado com os benefícios que o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) dá aos empreendedores que atuam no segmento comercial. Com seis lojas em funcionamento no estado e mais cinco anunciadas (em Jaraguá do Sul, Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó), a Havan prepara investimentos em outras cinco unidades. Os municípios ainda estão sendo prospectados. Cada estabelecimento novo exigirá investimento de aproximadamente R\$ 10 milhões." [sic]

Essa é a íntegra da matéria publicada hoje no jornal *A Notícia*, que tem como título "Prodec anima Havan".

Quem está em casa ouvindo-nos, de repente não acompanhou o debate ocorrido aqui há cerca de um mês, quando o governo encaminhou para esta Casa uma medida provisória reorganizando o Prodec, possibilitando que os empresários deixem de pagar até 75% do ICMS e fiquem com esse recurso na forma de empréstimo a ser pago em até 200 meses, com juros de 6% ao ano - não é ao mês, é ao ano.

E volto ao tema que estamos aqui discutindo. Está sendo muito citada a Lei de Responsabilidade Fiscal em todos esses momentos em que os servidores reivindicam compromissos salariais do governo. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que o Poder Executivo possa gastar até 49% da receita corrente líquida com o salário dos servidores. Este é o limite máximo, 49%.

No último mês do governo anterior, em dezembro de 2002, o gasto do Poder Executivo com folha de pagamento foi de 48,62% da arrecadação, e não houve nenhuma intervenção federal, nenhum atentado, nenhum cataclismo no estado de Santa Catarina.

No ano passado, no exercício de 2006, no documento através do qual o governo do estado presta contas - e são os números que o governo encaminhou ao Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina -, intitulado "Desempenho da Gestão Fiscal - 2006" o governo anuncia o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites segregados de gastos com pessoal por Poder e Órgão. Do comprometimento de 52,45% do Estado, os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo representavam 43,99%, os do Judiciário, 4,07%, os do Legislativo 2,55%, sendo 1,87% da Assembléia Legislativa e 0,68% do Tribunal de Contas, e os do Ministério Público 1,84%. Todos os Poderes e órgãos encontravam-se, ao término do exercício financeiro de 2006, abaixo dos limites prudencial e legal impostos pela LRF.[...]" [sic]

O Poder Executivo, no ano passado, 43,99%. De forma que eu gostaria de entender como é que, do ano passado para este, em que o único incremento salarial foi a incorporação de um abono de R\$ 100,00 para os professores, passamos para 45,92%? Este é um dos questionamentos.

É preciso registrar também, já que eu falei que o único incremento salarial deste ano de 2007 foi a incorporação de abono de R\$ 100,00 para os professores, que a última vez em que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e todo o sistema de segurança negociaram salário efetivamente com o governo do estado foi há dois anos. Foi no dia 10 de outubro de 2005 a última vez que o governo do estado sentou à mesa e, efetivamente, negociou salário! Foi daí que recebemos 20% relativos à Lei Complementar n. 254 e mais R\$ 40,00 de abono.

No próximo dia 10 de outubro fará dois anos! De lá para cá, srs. deputados, não recebemos mais absolutamente nada. Em dois anos, passamos pelo ano eleitoral: em dois anos, empenhamos, inclusive, o nosso voto para reeleger Luiz Henrique da Silveira. E já faz dois que o governo não negocia salário conosco!

Outra questão que eu gostaria de entender, e que o secretário Antônio Gavazzoni me explicasse, é qual a lógica matemática ou mesmo a lógica da física que diz que a arrecadação cresce, mas o percentual a ser gasto com o salário não cresce. Qual é a lei da física que me explica isso: se a lei geral cresce e o estado pode gastar 49% com salários, como é que a parte relativa aos salários não cresce proporcionalmente no mesmo índice?

Outra pergunta - e isso foi divulgado, ontem, na imprensa pelo secretário: como é que os R\$ 600 milhões, que o governo estadual, dizem, vai receber do governo federal até o final do ano não aliviam as contas do governo para que ele possa usar o valor da receita para incrementar os salários?

Outra explicação necessária: quem são os servidores da Segurança Pública que estão recebendo 87% a mais de salário do que recebiam no início do governo? Eu não conheço nenhum!

E outra pergunta, voltando ao tema da Havan: se o governo está com dificuldade fiscal, dificuldade de receita, por que incentivar os empresários, isentando-os do pagamento do ICMS até 75%? Não dá para entender!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quero entregar a v.exa. um comunicado, fruto da audiência pública, realizada ontem, da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, na qual se discutiu uma prestação de contas do DNIT em Santa Catarina e, posteriormente, a questão do pedágio nas rodovias federais, do edital da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que ocorrerá no dia 9 de outubro próximo. E uma das providências dessa audiência pública foi a criação de uma frente parlamentar contra a instalação de pedágios nas rodovias catarinenses.

Então, gostaria de entregar a v.exa. este comunicado que tenho em mãos, com a assinatura de mais de 20 parlamentares.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência recebe o comunicado de v.exa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com a sua permissão, sr. presidente, companheiro do PDT, quero dizer também que os professores estão em estado de greve, que em novembro os servidores da Saúde farão uma assembleia para discutir se entram em greve e que na Segurança Pública, com certeza, não teremos a Operação Veraneio sem a negociação salarial necessária antes do início do verão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses que nos assistem aqui na Casa neste momento, eu ouço na tribuna desta Casa, em determinados momentos, alguns pronunciamentos. Eu sei que não entendo tudo de política, com certeza absoluta, mas quando ouço alguns posicionamentos colocados da tribuna desta Casa, fico extremamente assustado.

Vejamos a situação colocada pelo deputado Sargento Amauri Soares neste momento, e não só ele, mas muitos outros deputados vêm à tribuna desta Casa falar do Prodec, do governo do estado, que é um programa criado pelo governo Luiz Henrique da Silveira/Leonel Pavan para ter competitividade com os demais estados da federação. Enquanto o governo federal não fizer uma reforma fiscal ampla e irrestrita neste país, com certeza absoluta não só Santa Catarina, mas daqui a pouco um estado vizinho vai criar outro tipo de incentivo para levar as empresas que estão instaladas aqui, há muitos anos, gerando empregos.

Este é o mundo em que vivemos! E com certeza o governo do estado tem a visão de administrar bem e de gerar empregos, que é o maior clamor da sociedade brasileira. Nós questionamos a Saúde, a Segurança, enfim, diversas coisas, mas o que a sociedade pede cada vez mais aos governos federal, estadual e municipal é emprego para sobreviver decentemente. E a maneira que Luiz Henrique, muito inteligentemente que é, arrumou para fazê-lo foi exatamente incentivando aqueles que querem vir para cá gerar divisas e empregos e também aqueles que aqui estão.

Srs. deputados, no meu entendimento já é uma questão municipal. Porque nós criamos leis para incentivos fiscais diversos, e tem que haver uma lei também para aqueles que aqui estão, para não acontecer o que aconteceu com o meu município, São José, vizinho a Palhoça. Vejam que o prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt, diante da necessidade de gerar empregos na sua cidade e com uma população enorme, com problemas de desemprego muito grande, criou incentivos e levou de São José diversas empresas - aquelas que queriam lá se instalar e as que lá estavam há muito tempo.

Então, não entendo! E hoje de manhã, na audiência pública marcada pela comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, presidida pelo deputado Jorginho Mello e na qual o deputado Décio Góes, que está aqui nesta Casa, e a deputada Odete de Jesus pediram uma audiência pública a fim de discutirmos a questão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e a defensoria dativa, não tinha nada a ver com o projeto! E nós permitimos que fosse feita a audiência pública porque uma classe do Judiciário pretende que seja criada no estado de Santa Catarina a defensoria pública. E nós, democraticamente, abrimos. E os deputados do PT, Pedro Ucaiz, Dirceu Dresch e o próprio deputado autor Décio Góes, se posicionaram, novamente tocaram na questão do incentivo fiscal do Prodec, no sentido de dizer que não havia dinheiro! Mas se não tivesse dado, teria dinheiro e poderia ser criada, realmente, a defensoria.

Então, não entendo! E o governo federal, que detém a maior carga tributária deste país, que tem um superávit para o ano que vem de mais de R\$ 60 bilhões, com mais R\$ 30 bilhões ou R\$ 40 bilhões de CPMF, está lá com o dinheiro! Quer dizer, os estados e os municípios precisam adotar postura igual à adotada pelo governador Luiz Henrique da Silveira para sobreviver, para as pessoas sobreviverem.

Srs. deputados, volto a dizer que os deputados de Oposição não têm um discurso definido contra um governo que vai bem e que caminha dentro daquilo que a sociedade de Santa Catarina pretende, ou seja, sem perfeição, até porque não existe governo perfeito, mas caminha, pois o governador Luiz Henrique da Silveira e sua equipe caminham realmente para a satisfação da sociedade de Santa Catarina, tanto é que já somos modelo para muitos estados brasileiros e estamos nos aperfeiçoando cada vez mais. E o governo federal está cada vez mais virando as costas.

O governo federal para aprovar a CPMF, para ter os R\$ 30 bilhões na mão, começou a negociar as emendas parlamentares com os srs. deputados. E quem votar a favor terá um percentual de 65% de liberação das suas emendas, mas quem votar contra não terá nenhum percentual. Isso é uma negociação! E o governo federal diz que está

infeliz?! Não está! Infelizes estão os governos estaduais e os municipais, que têm a responsabilidade de administrar, de gerar empregos, saúde, segurança pública e tudo o mais. O governo federal simplesmente coloca a lei lá e manda o município se virar. E vou dar um exemplo: v.exas. sabem quantas biopsias são feitas no município de São José, por mês? Uma só. Isso não é culpa do governo do estado porque ele não consegue arcar com esse custo, mas o governo federal não melhora em nada. E o ministro José Gomes Temporão condicionou o aumento da tabela do SUS à aprovação da CPMF. Se aprovar, sim! Caso contrário, não vai haver aumento da tabela SUS. Isso é uma vergonha! Isso é um escândalo para este país.

Lamentavelmente, a sociedade, aquela menos favorecida e doente, que precisa de tratamento de saúde não tem conhecimento, não sabe que o governo federal chantageia os governos estaduais e municipais. E quando queremos fazer certo, a Oposição vem aqui nesta Casa tocar na situação do Prodec que, volto a dizer, deve ser também a dor-de-cotovelo deles como é a descentralização.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, posso falar que o incentivo fiscal é para as regiões deprimidas. Nós condenamos a ganância fiscal em nosso país, mas a cada dia aumentam os tributos e a ganância em nível federal. Quando o governador do estado tem a hombridade, dentro de um projeto de modernização, de dar incentivo para que possamos gerar empregos, modernizar, criar movimento econômico - e falo como economista -, aumentar a arrecadação do estado, isso é salutar para o interior! Uma grande empresa nossa estará fazendo um investimento no nordeste no valor de US\$ 700 milhões por esses dias. Isso gerará vários empregos, movimento econômico e, por consequência, melhorará a arrecadação. O que foi aprovado no novo Prodec também facilitará os supermercados a se modernizarem com equipamentos de interligação com a Fazenda para não terem possibilidade de sonegação. O Prodec é um incentivo e poderíamos usar este microfone para falar sobre a ganância fiscal, mas estamos abordando a abertura de crédito para o crescimento do interior do nosso estado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Para concluir, quero reafirmar a todos os catarinenses que se empresas realmente pretendem e querem instalar-se em Santa Catarina é porque, cada vez mais, vêem Santa Catarina como um estado promissor para o crescimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Inscrito para falar o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, sra. deputada, o deputado José Natal, comentava aqui neste microfone que o ministro Temporão deu um aumento para a Saúde. Mas, na verdade, foi mais ou menos como jogar, não diria uma gota, porque R\$ 1,2 bilhão, não é tão pouco, mas, certamente, não chegaria a um balde de água no oceano Atlântico, tamanha é a diferença entre aquilo que precisa ser corrigido e aquilo que foi corrigido.

Hoje o governo gasta com a saúde R\$ 45 bilhões. E se fosse gastar o que gastava há 18 anos - e o SUS sempre foi meio ruim -, daria R\$ 120 bilhões. Na verdade, a defasagem, não o déficit, no sistema SUS é só de R\$ 75 bilhões. Então, se o ministro Temporão colocasse os R\$ 40 bilhões que arrecada da CPMF, além dos R\$ 45 bilhões que já gasta com tudo, contando com o estado, união e município, ainda assim ficaria muito a dever em qualidade, ficaria muito a dever frente às necessidades do sistema.

Para termos uma idéia, deputado Elizeu Mattos, a diária hospitalar recebeu um aumento de 200%. Então, o cidadão que escuta que houve esse aumento, pensa que é um estrondo. Mas o que são os 200%, se uma diária custava R\$ 2,56. Imaginem que o Mac Donald cobra só de papel muito mais do que isso para ceder um lanche, ao passo que a consulta passou de R\$ 2,56 para R\$ 10,00. Mesmo assim são só R\$ 10,00! E agora podemos conseguir com mais facilidade arrumar médicos para atender as emergências dos hospitais, pelo menos vão ganhar R\$ 10,00 ao invés de R\$ 2,56! As internações hospitalares passaram a valer R\$ 10,00 por dia. Isso pelo café da manhã, pelo almoço, pelo lanche da tarde e pela água. Sem contar ainda que nesses R\$ 10,00 estão previstos não só a alimentação, como o remédio, todo o esquema de hotelaria, o atendimento da enfermagem e do médico. Ai anunciam um aumento de 200%, que parece um estrondo de grande.

O SUS pagava R\$ 3,21, por exemplo, por um eletrocardiograma. Ora, como ninguém mais conseguia fazer por esse preço, porque não dava mais para escrever o resultado do exame nem no papel higiênico, agora deram um aumento grande e passaram para R\$ 5,21.

Então, o ministro Temporão disse que se não aprovassem a CPMF não daria o aumento para a saúde. E deu! Vão arrecadar R\$ 40 bilhões com a CPMF no ano e foi dado um aumento, uma correção que corresponde a R\$ 1,2 bilhões, quer dizer, vão sobrar R\$ 38,9 bilhões. Então, o ministro fez um belo negócio em nome do governo para segurar ainda essa despesa! E vejam v.exas. que mesmo com todas essas correções a Saúde está com uma defasagem de aproximadamente R\$ 75 bilhões, muito mais do que se fosse dobrar o que gasta agora. Ainda assim, não seria suficiente para a defasagem chegar ao nível que era há 20 anos.

No mês de janeiro pedi licença a um doente meu para falar o nome dele aqui e espero que ele esteja me ouvindo lá em Brusque. Inclusive, amanhã ele vem fazer uma consulta com um especialista, mas será atendido por um favor que vai receber e não por ser um direito, não por ser uma questão de cidadania. Por quê? Justamente por essa questão de preço defasado. Esse paciente foi encaminhado para Blumenau no mês de janeiro, mas demoraram até o mês de setembro para marcar a cirurgia de câncer de próstata; não era só uma inflamação, era aquela doença que tem destino certo, que vai levando para o céu. Em setembro ele foi até lá, mas a cirurgia não saiu. E sabem por quê? Porque a equipe médica que ia operar o doente, imagino isso, ganharia R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 para ficar operando seis horas seguidas. E por esse preço desmarca a cirurgia sem muita explicação.

Então, enquanto não resolvermos o problema do SUS, enquanto não resolvermos essa questão do repasse, enquanto não usarmos o dinheiro que é cobrado do imposto para cumprir a finalidade social, a Saúde continuará como está. Sabemos que o Sacolão é importante, que o Bolsa Família é importante, mas a Segurança e a Saúde são imprescindíveis.

Finalmente, enquanto o ministro não corrigir essa tabela do SUS, nós vamos acabar sempre pedindo para as nossas equipes que intervenham, para que o secretário da Saúde use toda a autoridade possível para exigir. Então, esses preços tão aviltantes estão zerando a cidadania do cidadão, deputado José Natal, e zerando a cidadania do prestador de serviço. Todo mundo se sentindo mal e a sociedade sem o serviço de saúde que necessita.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Serafim Venzon, v.exa. é a pessoa credenciada para falar da questão da Saúde porque é da área e conhece todas as dificuldades que vivem as pessoas, que vivem, principalmente, os hospitais de Santa Catarina e do país, pois temos visto diariamente, através dos órgãos de imprensa e da TV Senado, a crise brasileira no setor. Mas quando vemos o ministro, que tem a obrigação de cada vez lutar mais para conseguir um aporte maior de recursos na saúde, porque a população que tem dificuldade é aquela que mais dificuldade tem para acessar o SUS, através dos órgãos de imprensa, dizer que só vai fazer a correção da tabela se a CPMF for aprovada, percebemos o descaso com que o governo federal trata a saúde neste país.

E volto a reiterar que o problema não chega ao governo Lula. Ele não dá bola, ele só vive viajando. Acho que este mês ele não ficou nem dez dias no Brasil. Mas é nos estados e nos municípios que as pessoas sofrem, lamentavelmente.

Parabenizo v.exa. porque é a pessoa credenciada para se pronunciar sobre o assunto, uma vez que é da área da saúde e tem o aval do setor para falar.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradeço a sua participação, nobre deputado.

Srs. deputados, reiteramos aqui que esta Casa tem se manifestado, nós temos manifestado apoio ao secretário da Saúde, que tem enviado todos os esforços para prestar a melhor qualidade de serviço, porém faltam recursos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, em a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 194, DE 28/09/2007

Aprova o "Relatório de Gestão Fiscal", referente ao 2º quadrimestre de 2007, correspondente ao período compreendido entre Setembro/2006 e Agosto/2007,

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições regimentais, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, II, parágrafo único e 55, I, alínea "a" e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovado o "Relatório de Gestão Fiscal" da Assembleia Legislativa, referente ao período compreendido entre

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º QUADRIMESTRE DE 2007

LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a" - Anexo I R\$

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Setembro/06 a Agosto/07)	
	Liquidadas	Inscrita em Restos a Pagar Não Processados
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (I)	156.682.694,18	
Pessoal Ativo	116.208.911,51	
Pessoal Inativo e Pensionistas	40.473.782,67	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de tercerização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART.19, § 1º DA LRF) (II)	16.173.012,07	
Indenizações por demissão e incentivos à demissão Voluntária	409.529,00	
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	1.463.420,20	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados ¹	14.300.062,87	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	5.938.884,33	
Contribuições patronais ²	5.938.884,33	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I+II+III)	146.448.566,44	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.820.944.617,79	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (IV/V*100)	1,87	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II E III, ART. 20 DA LRF) - 2,20	172.060.781,59	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09	163.457.742,51	
Fonte: DAF e CPSP		

¹ Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;

² Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal.

Florianópolis, 28 de setembro de 2007

Hildo Tramontin - Diretor do Departamento Financeiro

Lornarte Sperling Veloso- Presidente do Controle Interno

César Luiz Belloni Faria - Consultor Legislativo - Procuradoria de Finanças

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2007**

LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Setembro/06 a Agosto/07)	
	Liquidadas	Inscrita em Restos a Pagar Não Processados
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL (1)	163.634.230,32	
Pessoal Ativo	123.160.447,65	
Pessoal Inativo e Pensionistas	40.473.782,67	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de tercerização (art. 18, § 1º da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	1.872.949,20	
Indenizações por demissão e incentivos à demissão Voluntária	409.529,00	
Decorrentes de decisão judicial		
Despesas de exercícios anteriores	1.463.420,20	
Inativos e pensionistas com recursos vinculados ¹		
Contribuições patronais ²		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II)	161.761.281,12	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.820.944.617,79	
% DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (IV/V*100)	2,07	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II E III, ART. 20 DA LRF) - 2,20	172.060.781,59	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09	163.457.742,51	

Fonte: DAF e CPSP

¹ Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;² Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal.

Florianópolis, 28 de setembro de 2007

Hildo Tramontin - Diretor do Departamento Financeiro

Lornarte Sperling Veloso - Presidente do Controle Interno

César Luiz Belloni Faria - Consultor Legislativo - Procuradoria de Finanças

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezessete e trinta horas do dia doze de setembro do ano de dois mil e sete, sob a Presidência do senhor deputado Sílvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da sexta reunião ordinária da Comissão. Foram registradas as presenças dos senhores deputados Elizeu Mattos, Pedro Uczai, Ada de Luca, Professor Grando, Renato Hinnig. Ato contínuo, o senhor presidente colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, colocou em discussão e votação o **PL/0353.1/2007**, de autoria do senhor deputado Clésio Salvaro, que "**Declara de utilidade pública Estadual a Academia Criciúmena de Filosofia, do município de Criciúma**". Em discussão, o senhor relator deputado Professor Grando fez a leitura de seu parecer, o qual foi favorável, colocado em votação, foi **aprovado por unanimidade**. Na seqüência o senhor Presidente colocou em votação e discussão o **PL/0197.7/2007**, de autoria do deputado Jorginho Mello, que "**Institui a Semana da Imigração Japonesa e o Ano do Centenário da Imigração Japonesa**". O senhor Presidente, deputado Sílvio Dreveck, passa a ler o voto de vista, o qual declara incompetente esta Comissão e encaminha o referido projeto à primeira secretaria para redistribuição. Colocado em votação foi aprovado por unanimidade o voto de vista. Em seguida, o senhor presidente colocou em discussão e votação o **OF/0103.3/2007**, que "**Encaminha relatório de atividades da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem de Criciúma referente ao exercício de 2006**", passando a palavra ao senhor relator deputado Elizeu Matos, o qual fez a leitura de seu parecer, favorável à aprovação, que restou **aprovado por unanimidade**. Na seqüência, o Senhor Presidente colocou em discussão o ofício do senhor presidente da Alesc, deputado Julio Garcia, que solicita a indicação de um membro da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia para compor o Parlasul; após discussão foi indicado o senhor deputado Pedro Uczai e foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente informou que será efetivada a indicação e convidou o senhor deputado Pedro Uczai para participar amanhã (13/09) no plenarinho desta casa, do primeiro encontro com o Presidente do Parlasul, deputado Mauricio Picarelli. Em seguida o senhor Presidente convidou para fazer parte da

mesa, o senhor Rui Tadeu Veiga, Presidente do Sindicato de Revendedores de GLP do Estado de Santa Catarina e o senhor Milton Reis, Vice-Presidente do mesmo Sindicato, que a convite do senhor deputado Professor Grando, irão falar sobre a legalização e segurança da comercialização de gás liquefeito de petróleo em Santa Catarina. Após apresentação de audiovisual e explanação sobre a problemática o senhor Presidente do Sindicato solicitou a realização de uma audiência pública para discutir o problema e buscar uma solução. Todos os senhores deputados manifestaram-se favoráveis à realização da audiência pública e o senhor Presidente informou que já houve aprovação nesta Comissão de requerimento do senhor deputado Professor Grando, sobre a realização da mesma. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, Assessora da Comissão, laurei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Coordenação de Controle Interno**

OF. TC/Auditoria Interna - 30/2007 Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

Exmo. Sr.

Deputado JÚLIO GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de S/C.

NESTA

Senhor presidente,

Estamos encaminhando Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, referente ao 2º Quadrimestre de 2007, juntamente com o disquete, para ser publicado no Diário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, renovamos a V. Excia., protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Otávio José Bolsoni
Coordenador de Controle Interno**

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 a AGOSTO/2007
2º QUADRIMESTRE DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 2º Quadrimestre de 2007, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO TCE/SC EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Setembro/2006 a Agosto/2007 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2.000, conta com um corpo deliberativo de 07 (sete) Conselheiros, 03 (três) Auditores e um quadro funcional de 684 (seiscentos e oitenta e quatro) servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas "[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária". (artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas na tabela abaixo:

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesa Bruta com Pessoal (I)	63.816.930,21	
Pessoal Ativo	40.529.647,24	
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.287.282,97	
Outras despesas de pessoal decorrentes de cont. de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (ART. 19, § 1º DA LRF) (II)	12.779.618,31	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.763.726,20	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 1	8.015.892,11	
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	3.280.492,30	
Contribuições Patronais 2	3.280.492,30	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	54.317.804,20	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.820.944.617,79	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V * 100)	0,69	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,80%	62.567.556,94	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%	59.439.179,10	
FONTE:	AI, DAF e SEF	

¹ Valores referentes aos somatórios da Contribuição Previdenciária e Obrigações Patronais dos servidores ativos e inativos;

² Valores referentes à movimentação financeira concedida ao Regime Próprio da Previdência Social relativos à Contribuição Patronal. Florianópolis, 27 de setembro de 2007.

José Carlos Pacheco
Conselheiro Presidente do Tribunal
de Contas do Estado de Santa Catarina.

Wilson Dotta
Diretor Geral de Planejamento
José Roberto Queiroz
Diretor de Administração e Finanças e Administração
Otávio José Bolsoni
Coordenador do Controle Interno

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2120, de 28/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR JORGE CLÊNIO DA SILVA, matrícula nº 1421, no Gabinete do Deputado Marcos Vieira.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2121, de 28/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR ADEMIR GASSTMANN, matrícula nº 1796, na Comissão de Legislação Participativa.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2122, de 28/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 374 de 28/11/2006,

ANTECIPAR o início das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor NIVALDO MAURÍCIO ERCKMANN, matrícula nº 1264, do dia 03 de dezembro para o dia 01 de novembro de 2007.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2123, de 28/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, **LICENÇA-PREMIO**, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1959	Zila Falck Bortolini	18/05/02	17/05/07	1461/07
1509	Elizabet Souza Aragão	02/07/02	01/07/07	1481/07
1533	Miriam Cristina Valle Dalbosco	03/08/02	02/08/07	1507/07
1517	Ligja De Oliveira Stoeterau	03/02/02	02/02/07	1517/07
1531	Sirlene Michels Zunino	17/06/02	16/06/07	1531/07
2023	Sinesio Carlos Koerich	18/08/02	17/08/07	1533/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 2124, de 28/09/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **IVAN ALTHOFF DE MEDEIROS**, matrícula nº 1848, por 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 31/08/2007.

PORTARIA Nº 2125, de 28/09/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **SANDRA REGINA DE O. B. BAZZO**, matrícula nº 0881, por 90 (noventa) dias, a partir de 06/09/2007.

PORTARIA Nº 2126, de 28/09/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item III, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Gestação) a **SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA**, matrícula nº 4633, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/09/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2127, de 28/09/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **SERGIO LUIZ SELL**, matrícula nº 1013, por 20 (vinte) dias, a partir de 13/09/07.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 069/07**

Dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda, ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que compram materiais usados para revenda, como fios, arames, peças, tubos, tampos e outros do gênero, em aço, cobre, alumínio, zinco, ferro ou outro tipo de metal, ficam obrigados a manter em seu poder, devidamente atualizado, cadastro com os dados pessoais e o endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas tais compras.

Art. 2º Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior deverão apresentar o cadastro à fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda ou à autoridade policial ou jurídica, sempre que for solicitado.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais a que se refere o art. 1º terão o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem ao disposto nesta Lei, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às penalidades previstas no art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de setembro de 2007
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 266/07

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Reviver - CREER, do Município de Chapecó.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Reviver - CREER, com sede e foro na Cidade e Comarca de Chapecó.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 353/07

Declara de utilidade pública a Academia Criciunense de Filosofia, no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Criciunense de Filosofia, com sede e foro no Município e Comarca de Criciúma.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 440/07

Dispõe sobre destinação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, incidente sobre a exploração de carvão mineral, destinada ao Estado de Santa Catarina, instituída pela Lei federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, decorrente do art. 20, § 1º, da Constituição Federal, com percentuais definidos pelo inciso II do § 1º do art. 2º combinado com o inciso I do § 2º do art. 2º da Lei federal nº 8.001, de 13 de março de 1990, será aplicada pelo Estado, em conta específica, na Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - FAPESC.

Art. 2º Os recursos do CFEM destinados à FAPESC serão empregados da seguinte forma:

I - 80% (oitenta por cento) em financiamento de programas e projetos de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação tecnológica do setor de mineração do carvão catarinense; e

II - 20% (vinte por cento) na concessão de bolsas para alunos carentes.

Art. 3º Os recursos distribuídos na forma do art. 2º serão utilizados em projetos e programas que valorizem o desenvolvimento sustentável do setor carbonífero catarinense, autorizados pela FAPESC, em conformidade com regulamento aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 003, DE 2007

Acrescenta o art. 3º -A e altera o Anexo III da Resolução nº DP 018, de 1998, alterada pela Resolução nº 0007, de 2005.

Art. 1º Fica acrescido o art. 3º -A à Resolução nº DP 018, de 8 de julho de 1998, com a seguinte redação:

"Art. 3º -A Para constituição de acervo, os documentos deste Poder Legislativo serão constantemente aferidos e classificados pela Comissão Permanente de Avaliação Documental, vinculada à Coordenadoria de Documentação e ao Centro de Memória, de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo III desta Resolução, observados os parâmetros da Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994.

Parágrafo único. As atribuições da Comissão Permanente de Avaliação Documental, serão estabelecidas de acordo com a legislação aplicável."

Art. 2º O Anexo III da Resolução DP nº 018, de 1998, alterada pela Resolução nº 0007, de 13 de setembro de 2005, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 12 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO III
Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade

IDENTIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS							
DOC	DOCUMENTOS	G. TEMP.	GUARDA TEMPORÁRIA	OBS.	OBSERVAÇÃO		
PROC.	PROCEDÊNCIA	G. PERM.	GUARDA PERMANENTE	Informação ilustrativa			
ANOS	TEMPO DE GUARDA	MICRO	DOC. MICROFILMADO				
TT	TABELA DE TEMPORALIDADE	DIG.	DOC. DIGITALIZADO				
DL	DIRETORIA LEGISLATIVA	PJ	PROCURADORIA JURÍDICA	DRH	DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS		
DG	DIRETORIA GERAL	GP	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	DAT	DIRETORIA ADMIN. E DE TECNOLOGIA		
DF	DIRETORIA FINANCEIRA						

OBSERVAÇÕES

- * Documentos correntes - aqueles que tramitam na legislatura em curso.
- * Documentos intermediários - aqueles que foram originados nos últimos oito anos. Aguardam a preparação para microfilmagem ou para serem reciclados de acordo com a Tabela de Temporalidade.
- * Documentos permanentes - aqueles de cunho probatório, ou seja, relativos a direitos tanto de pessoas físicas ou jurídicas, quanto da coletividade, e os de valor informativo sobre pessoas, fatos ou fenômenos, cuja memória, em termos históricos, seja considerada relevante.
- * Os documentos manuscritos e impressos, anteriores a 1970, que não estiverem microfilmados, depois de analisados pela Comissão

Permanente de Avaliação Documental, poderão ser considerados de valor histórico, assim sendo, serão mantidos como acervo histórico.

- * Os documentos encaminhados à Coordenadoria de Documentação para arquivo só serão recebidos quando estiverem devidamente descritos na "Guia de Remessa de Documentos" e após dois anos de guarda no setor de origem.
- * Os relatórios anuais de setores deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Documentação em suporte papel, para posterior microfilmagem.
- * Os documentos produzidos em mídia virtual (disquete, CD, DVD, fita) deverão ser reproduzidos a cada cinco anos para atualização de conteúdo e mídia.

Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
1. Abaixo Assinado	DL	-	-	X	X	X	
2. Ação de Inconstitucionalidade	DL	X	05	X	-	-	
3. Assentamentos Funcionais	DRH	X	60	X	-	X	
4. Acervo da Constituinte	DL	-	-	X	X	X	
5. Adicional	DRH	X	60	X	-	X	
6. Atas da Procuradoria Jurídica	PJ	X	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais
7. Atas das Comissões Interna e Externa	DL	-	-	X	X*	-	Na íntegra, nos Anais
8. Atas das Comissões Permanentes	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
9. Atas das Reuniões da Mesa	GP	-	-	X	X	X	
10. Atas das Sessões Plenárias (Taqui.)	DL	-	5	X	-	-	Na íntegra, nos Anais
11. Atas das Sessões Plenárias (resumida)	DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
12. Atos da Mesa	DG DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
13. Atos da Presidência	DG DL	-	-	X	X*	X	Na íntegra, nos Anais
14. Autógrafos das Leis	DL	-	-	X	X	X	
15. Balancete mensal e anual	DF	X	5	X	-	X	
16. Boletins de caixa	DF	-	5	X	-	X	Doc. Tesouraria
17. Cartão - CTO	GP	-	5	X	-	-	Presidência
18. C.P.I. Comissão de Inquérito	DL	-	-	X	X	X	Corpo do Processo e Relatório Final
19. Certidões	DL DG	X	1	X	-	-	
20. Constituição do Estado	DL	-	-	X	X	X	
21. Consultas	GP DG PJ	X	5	X	-	-	
22. Contra Cheque (Ficha financeira)	DRH	X	2	X	-	X	
23. Contratos de prestação de serviços	DL DG	X	10	X	-	X	
24. Contratos de fornecimento de materiais	DG DL	X	10	X	-	-	
25. Convites recebidos	GP	X	1	X	-	-	
26. Convites expedidos	DL	-	-	X	X*	X	
27. Declaração de bens	GP DG PJ	-	30	X	-	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
28. Decretos Legislativos	DL	-	-	X	X*	X	
29. Despachos	GP/DG PJ	-	-	X	X*	-	
30. Diário da Assembléia (Anais)	DL	-	-	X	X	X	
31. Diplomas	DL	X	10	X	-	X	
32. Documentos contábeis	DF	X	5	X	-	X	Boletins de Caixa Documentos / Tesouraria
33. Dossiê (Doc. diversos)	GP/DG PJ	-	-	X	X	X	
34. Emendas Constitucionais	DL	-	-	X	X	X	
35. Expedientes lidos em Plenário	DL	X	5	X	-	-	

36. Expedientes internos dos setores	GP/DG PJ	X	5	X	-	-	
37. Ficha cadastral de Deputados	DL	-	-	X	X	X	
38. Ficha de proposições dos Deputados	DL	-	-	X	X	X	
39. Ficha estoque	DAT	X	5	X	-	-	
40. Ficha fornecimento (rec. mat.)	DG	X	5	X	-	-	
41. Ficha (protocolo) benefícios	DG	X	10	X	-	-	
42. Ficha (protocolo) reg. e anotações.	DG	X	5	X	-	-	
43. Folha de frequência (ponto)	PJ/GP DRH	X	5	X	-	X	
44. Folha de pagamento	DRH	X	5	X	-	X	
45. Fotografias (e negativos)	GP/PJ DCS	-	-	-	X	-	
46. Gráficos	DG	-	-	-	X	X	
47. Guias de remessa	DG	X	5	X	-	-	
48. Guias de correio	GP/DG PJ	X	5	X	-	-	
49. Indicações	DL	X	8	X	-	X	
50. Jornal AL Notícias	DCS	-	-	X	X*	X	
51. Laudos médicos	DRH	X	5	X	-	X	
52. Leis aprovadas (sancionadas)	DL	X	8	X	-	X	
53. Leis promulgadas pela Assembléia	DL	-	-	X	X	X	
54. Licença médica	DRH	X	5	X	-	-	São publicadas nos Anais
55. Licença de Deputados	DL	X	5	X	-	X	São anexadas a frequência
56. Licença-prêmio	DRH	X	60	X	-	X	São microfilmadas com a ficha funcional

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade**

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
57. Licitações	DG	X	5	X	-	X	
58. Lista de presença de Deputados	DL	X	10	X	-	X	
59. Livro de posse	DG GP/DL	-	-	X	X	X	
60. Livro de registro de processos de compra	DG	X	5	X	-	-	
61. Livro de registro Lei	DL	-	-	X	X	X	
62. Livro de registro de diplomas	DL	-	-	X	X	X	
63. Livro de atas - Procuradoria	PJ	-	-	X	X	-	
64. Mandado de Segurança	GP	X	10	X	-	-	
65. Medida Provisória	DL	X	10	X	-	X	
66. Mensagens governamentais	DL	X	5	X	-	X	Encaminhamento
67. Mensagem governamental anual	GP/DL	-	-	X	X*	-	É publicada nos Anais
68. Mídia eletrônica - CD-fita-DVD	GP/DLD G	X	5	X	-	-	
69. Minutas de discurso de Deputados	DL	X	5	X	-	X	
70. Moções	DL	X	8	X	-	X	
71. Ofícios expedidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
72. Ofícios expedidos pelo CGP	GP	X	8	X	-	X	
73. Ofícios recebidos pela Mesa	DL	X	8	X	-	X	
74. Ofícios capeados	DL	X	8	X	-	X	
75. Ofícios expedidos pela Mesa	DL	-	-	X	X	X	
76. Ofícios recebidos pela Presidência	GP	-	8	X	-	X	
77. Pareceres	GP DG/PJ	X	5	X	-	-	São microfilmados junto dos processos
78. Pedidos de Informação	DL	X	8	X	-	X	
79. Plantas	DAT DG	-	-	X	X	X	
80. Portarias	GP/DGD L	-	-	X	X*	X	
81. Prestação de Contas Proc/Finanças	DG	X	10	X	-	X	
82. Prestação de Contas Gov. Estado	DF	X	10	X	-	X	
83. Processos administrativos disciplinares	DG	X	10	X	-	X	
84. Processos aposentadorias	DRH	X	60	X	-	X	
85. Processos de compra aquisição direta	DG DAT	X	5	X	-	-	São microfilmados nos doc. contábeis
86. Projeto de criação de município	DL	-	-	X	X	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

**Classificação dos documentos do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina
para fins da Tabela de Temporalidade**

DOCUMENTO	PROC.	G. TEMP.	ANOS	DIG.	G. PERM.	MICRO	OBSERVAÇÃO
87. Projeto de Decreto Legislativo	DL	X	10	X	-	X	
88. Projeto de Emenda Constitucional	DL	-	-	X	X	X	
89. Projeto de Lei Complementar	DL	-	-	X	X	X	
90. Projeto de Resolução	DL	X	10	X	-	X	
91. Projeto de Lei	DL	X	10	X	-	X	
92. Prontuários (C. Assist. Saúde)	DRH	X	10	X	-	X	
93. Protocolos diversos	GP DG/PJ	X	5	X	-	-	
94. Questão de ordem	DL	X	10	X	-	-	

95. Recursos	GP	X	10	X	-	-	
96. Registro de Leis (Livros)	DL	-	-	X	X	X	
97. Relatório mensal/frequência (mapa)	DRH	-	-	X	X*	X	
98. Relatório de atividades dos setores (*) e viagens	GP DG/PJ	-	10	X	-	X	Encaminhar em suporte papel
99. Relatório anual de atividades da ALESC	GP	X	-	X	X	X	
100. Relatório de gestão fiscal	DG	X	10	X	-	X	
101. Representações	DL	X	8	X	-	X	
102. Requerimentos capeados	DL	X	8	X	-	X	
103. Requerimentos de procedência parlamentar	DL	X	8	X	-	X	
104. Requisições (saídas)	GP DG/PJ	-	5	X	-	-	
105. Requisições passagens	GP	X	5	X	-	-	
106. Resoluções	DG DL	X	-	X	X	X	
107. Sindicância	DG	X	10	X	-	X	
108. Subvenção social	DG	X	8	X	-	X	
109. Teleg. expedidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
110. Teleg. expedidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
111. Teleg. recebidos pela Mesa	DL	X	5	X	-	-	
112. Teleg. recebidos pela Presidência	GP	X	5	X	-	-	
113. Termo de convênio	DL	X	10	X	-	X	
114. Termo de posse	DG	X	60	X	-	X	
115. Transcrições Sessões Plenárias	DL	X	5	X	-	X	Microfilmadas nos Anais
116. Vetos a leis	DL	X	10	X	-	X	

* Documentos produzidos até 2000 - em suporte papel, após, em microfilme e digitalizados.

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0006.7/2007

O projeto de Resolução nº PRS/0006.7/2007, passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO

Dispõe sobre a concessão de vantagem pessoal temporária não incorporável.

Art. 1º O servidor designado para as funções de confiança previstas no Ato da Mesa nº 384, de 04 de dezembro de 2006, e para as previstas no Anexo III-C, da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, exceto as de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e que, por força de ato próprio perder essa condição, terá os valores das respectivas gratificações transformados em vantagem pessoal temporária não incorporável.

§ 1º O servidor designado para as funções de confiança previstas no Anexo III-C da Resolução nº 02/06, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, fará jus à vantagem pessoal de que trata o *caput* deste artigo somente no caso de a perda dessa condição ter ocorrido até o início da eficácia do Ato da Mesa nº 175, de 30 de agosto de 2007.

§ 2º Será descontado da vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 2006, o total dos valores percebidos pelo exercício da mesma função de confiança quando de designação formalizada a partir da eficácia desta Resolução.

§ 3º Para efeitos da aplicação do disposto no parágrafo anterior considera-se a Assistência de Direção, código PL/FC-4, Chefia de Seção, código PL/FC-3 e Assessoria Técnica- Administrativa, código PL/FC-2, da Resolução nº 02/06, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, como função de confiança da mesma espécie.

Art. 2º A vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 04 de dezembro de 2006, será deduzida nos casos em que o servidor for designado para função de confiança de Chefia de Seção - código PL/FC-3.

Art. 3º Será concedida vantagem pessoal temporária equivalente à diferença do valor da gratificação anteriormente recebida quando o servidor for designado para a função de confiança - código PL/FC-3 ou PL/FC-2.

Art. 4º A vantagem pessoal de que trata esta Resolução será proporcionalmente absorvida no decurso da implantação da tabela de vencimentos do Plano de Cargos e Salários prevista no art. 32 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, ao fim da qual, juntamente com os eventuais resíduos, será definitivamente extinta.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento próprio da Assembléia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

Sala das comissões, em

Deputado Darci de Matos

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 006, DE 2007

Dispõe sobre a concessão de vantagem pessoal temporária não incorporável.

Art. 1º O servidor designado para funções de confiança previstas no Ato da Mesa nº 384, de 04 de dezembro de 2006, e para as previstas no Anexo III-C, da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, exceto as de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e que, por força de ato próprio perder essa condição, terá os valores das respectivas gratificações transformados em vantagem pessoal temporária não incorporável.

§ 1º O servidor designado para as funções de confiança previstas no Anexo III-C da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, fará jus à vantagem pessoal de que trata o *caput* deste artigo somente no caso de a perda dessa condição ter ocorrido até o início da eficácia do Ato da Mesa nº 175, de 30 de agosto de 2007.

§ 2º Será descontado da vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 2006, o total dos valores percebidos pelo exercício da mesma função de confiança quando de designação formalizada a partir da eficácia desta Resolução.

§ 3º Para efeitos da aplicação do disposto no parágrafo anterior considera-se a Assistência de Direção, código PL/FC-4, Chefia de Seção, código PL/FC-3 e Assessoria Técnica- Administrativa, código PL/FC-2, da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, como função de confiança da mesma espécie.

Art. 2º A vantagem pessoal temporária decorrente do Ato da Mesa nº 384, de 2006, será deduzida nos casos em que o servidor for designado para função de confiança de Chefia de Seção - código PL/FC-3.

Art. 3º Será concedida vantagem pessoal temporária equivalente à diferença do valor da gratificação anteriormente recebida quando o servidor for designado para a função de confiança - código PL/FC-3 ou PL/FC-2.

Art. 4º A vantagem pessoal de que trata esta Resolução será proporcionalmente absorvida no decurso da implantação da tabela de vencimentos do Plano de Cargos e Salários prevista no art. 32 da Resolução nº 02, de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 2006, ao fim da qual, juntamente com os eventuais resíduos, será definitivamente extinta.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento próprio da Assembléia Legislativa.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de agosto de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de setembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 008, DE 2007

Dá nova redação ao § 1º do art.19-C da Resolução nº 009, de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º O § 1º do art. 19-C da Resolução nº 009, de 19 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 -C

§ 1º A escolha dos homenageados será realizada na forma estabelecida no art. 22 desta Resolução." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de setembro de 2007.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***